

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS, REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE-----

----- **ATA NÚMERO DEZASSETE**-----

----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, reuniu no Auditório do Lisboa Ginásio Clube, sito na Rua dos Anjos, número sessenta e três, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Pedro Manuel Dias Louro, e pela Segunda Secretária, Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Período de intervenção do público;-----

----- Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia; -----

----- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas nº 14, 15 e 16, das sessões anteriores; -----

----- Ponto 4 – Informação do Executivo sobre distribuição de Pelouros, Delegação e Subdelegação de Competências nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais;

----- Ponto 5 – Nomeação de auditor externo responsável pela certificação legal das contas nos termos do Artº 77 da Lei 73/2013; -----

----- Ponto 6 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2 do 9º da Lei nº 75/2013;-----

----- Ponto 7 – Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para 2020; -----

----- Ponto 8 – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2020;-----

----- Ponto 9 – Autorização para a celebração do contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios nos termos da Proposta 734/CM/2019; -----

----- Ponto 10 – Aceitação de donativos nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 9º do Regime Jurídico das Autarquias Locais;-----

----- Ponto 11 – (aditamento) Votação da redação final do Regulamento de Organização dos Serviços da Junta de Freguesia de Arroios; -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Jorge Manuel André Rodrigues, Ana Gabriela Naré de Moraes Freire, André Filipe Calvário Roma, Gustavo Miguel Pinto Caixinha Marques dos Santos, Rodrigo José Pinheiro e Maria Luísa Valadas Carvalho.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Maria Lúcia Mittermayer Madureira de Almeida Saraiva Borges Leitão, José Manuel Cal Gonçalves e Maria Eugénia Saraiva Ferreira da Gama e Silva. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira e Margarida Antónia Antunes Barata. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Frederico Sapage Lemos Mira Pereira. -----

----- **Independente** – Vitor Carlos Teles Fernandes. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – António Morgado Valente. -

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

----- Joana D'Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, que justificou a sua ausência e foi substituída por Rodrigo Pinheiro;-----

----- Carla Cristina Barreto Madeira Silva, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Luísa Carvalho;-----

----- Ana Júlia Ganço Filipe, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Joana Teixeira;-----

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Margarida Carmen Nazaré Martins, Secretário – Vitor Manuel da Cruz Carvalho, Tesoureiro – André de Jesus Gomes, Vogal – Maria Adélia Pinto Caixinha, Vogal – Joaquim Maria Prada, Vogal – António José Serzedelo da Silva Marques, Vogal – José Eduardo Vera de Matos.-----

----- Às dezoito horas e dez minutos, constatada a existência de *quorum*, **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Disse que queria colocar à consideração dos Membros da Assembleia uma alteração à ordem de trabalhos proposta pelo Executivo, no sentido de poderem trocar o ponto 7 para ponto 4. Todos os outros seguiam a mesma sequência. -----

----- Verificou que não havia nenhum Membro contra, pelo que se considerou aprovada a alteração á ordem de trabalhos proposta. -----

----- **Ponto 1 – Período de intervenção do público;** -----

----- **Freguês Luis Castro** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Muito boa tarde a todos, votos de boas festas.*-----

----- *Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, Excelentíssima Senhora Presidente da Junta e demais Membros do Executivo e digníssimos Membros desta Assembleia.*-----

----- *Eu tenho duas questões que gostaria de abordar, a primeira é uma pergunta. Eu sei que foi aprovada a isenção de taxas para os comerciantes da Praça do Chile e gostaria que o Executivo, se pudesse, informasse quantas lojas foram beneficiadas por esta isenção. Tivemos alguma informação de que apenas nove lojas beneficiaram da isenção de taxas e não sabemos se isto é verdade ou é mentira, mas era uma questão para o Executivo.*-----

----- *Outra coisa mais preocupante enquanto cidadão e freguês de Arroios é o facto do centro de saúde de Arroios estar neste momento a operar uma transformação e, tanto quanto pude apurar, cerca de dez mil utentes do centro em Arroios estão a ser transferidos para o novo centro do Areeiro.*-----

----- *Eu sou um deles, recebi a comunicação por e-mail, depois por um sms e apesar de todas as informações me darem a possibilidade de poder vir a ficar no centro de saúde da Alameda mas o que é certo é que dizem-me que para ficar no centro de saúde da Alameda, como o meu médico foi transferido para o Areeiro, eu fico sem médico de família.*-----

----- *Curiosamente, eu tenho uma colega membro dos “Vizinhos do Areeiro”, que mora no Areeiro e vai ficar nesta reestruturação na Alameda.*-----

----- *Eu sou professor na Academia Sénior de Arroios, tenho alunos meus que estão na Graça, que moram perto da Graça e que vêm transferidos agora para a Alameda. ----*

----- *Certo é que isto é incompatível no meu caso concreto e gostaria que o Executivo tomasse algumas iniciativas com as limitações que lhe são reconhecidas, mas que tomasse algumas iniciativas no sentido de proteger as pessoas que como eu, com sete enfartes e dois avcs, não se podem deslocar e têm que ter acesso o mais próximo possível do seu centro de saúde.*-----

----- *Obrigado e continuação de boas festas.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** começou por desejar um bom ano a todos e que tudo corresse pelo melhor. -----

----- Em relação à isenção de taxas, não tinha consigo a lista. Podiam ter pedido em tempo e teria respondido na hora. Estava na ata, no site da Junta e no facebook, mas podiam dar essa informação por escrito. Na próxima semana enviariam essa informação para o e-mail. -----

----- Quanto ao centro de saúde de Arroios para o centro do Areeiro, o que lhe indicaram era que o espaço tinha maior qualidade porque o de Arroios estava bastante debilitado. -----

----- Uma coisa que estavam a tentar era que houvesse outro centro de saúde em Arroios, que já três anos antes estava aprovado pela Câmara Municipal, pelo pelouro dos direitos sociais. Ainda estavam em negociações com a autoridade de saúde. Tentavam não construir de novo, porque era muito cara aquela construção na Rua José Estevão onde era para ficar, mas que se arranjasse um edifício próprio para isso acontecer em Arroios. Algumas zonas em Arroios estavam livres e tentava-se negociar isso com a ARS. -----

----- Poderiam saber mais dados sobre quantas pessoas de Arroios a passar para o Areeiro. Era a primeira situação que lhe chegava diretamente. -----

----- **Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** cumprimentou todos os presentes, incluindo a contabilista, que por vezes era bom as pessoas conhecerem quem executava as contas e as fazia. -----

----- A primeira coisa seria chamar à atenção da Senhora Presidente da Assembleia para a marcação do horário das 18 horas. Não sabia se os restantes Membros tinham problemas ou não mas pessoalmente tinha e a verdade era que algumas pessoas saíam às 18 horas ou mais, existindo também problemas com pessoas dependentes. No seu caso era a sua mãe, que por acaso conseguira que alguém ficasse a dar-lhe o jantar ou seria uma questão muito preocupante. -----

----- O segundo caso tinha a ver com o centro de saúde da Alameda. Pessoalmente também tinha recebido uma mensagem e era indigno que a transferência do centro de saúde da Alameda para o Areeiro se fizesse aos utentes através de um sms dois dias antes e dizendo que o Areeiro passaria a ser o seu centro de saúde porque a médica de família era transferida, ou ficaria sem médico de família. -----

----- Já tinha sido respondido mas na realidade não sabia se as instalações eram melhores ou não, se o serviço era bom. A verdade era que o centro de saúde da Alameda estava uma desgraça e da última vez que lá estive foram quatro horas para entregar um envelope. No entanto, não lhe parecia a forma correta. -----

----- Outra questão era que na Assembleia de setembro, a propósito da mudança da sede, foi dito pela Senhora Presidente da Assembleia que havia um problema com a mudança do edifício da Câmara Municipal para a Junta e que seria apresentada a mudança à Assembleia em dezembro. Como não via nada sobre esse assunto gostaria de saber o que se passava. Bastava ler a ata número 14. -----

----- Numa outra questão não ia levantar problema nenhum mas foram enviados ficheiros de propostas no dia anterior, não fazendo as 48 horas que a Lei dizia. Não ia arranjar problemas mas mais uma vez continuava a dizer que tiveram o Natal, tiveram feriados, fins-de-semana, teria que haver uma forma de fazer as coisas de modo a que as pessoas tivessem acesso à documentação com mais tempo para que ela fosse rigorosamente lida, quem quisesse ler. Cada vez as coisas iam piorando e não beneficiava ninguém porque não era por não lerem que as coisas melhoravam. -----

----- **Membro António Valente (PAN)** desejou um bom ano a todos.. -----

----- Disse que ia em representação da comissão de bem-estar animal e tinha a seguinte comunicação: -----

----- *“No seguimento da reunião da comissão de bem-estar animal realizada no passado dia 27 de novembro foi aprovado por unanimidade dos presentes solicitar ao Executivo da Junta de Freguesia de Arroios um pedido de esclarecimento sobre o evento de Natal dos animais e a não realização do Dia Animal de Arroios.*-----

----- *O evento de Natal dos Animais foi promovido pelo Provedoria dos Animais com o apoio da Junta de Freguesia de Arroios e decorreu no dia 7 de dezembro no Mercado de Culturas.* -----

----- *Recordamos que a comissão de bem-estar animal tem como um dos objetivos sensibilizar a população para a necessidade de proteger os animais e foi neste contexto que propôs o Dia do Animal de Arroios, atividade que foi realizada no ano de 2018.*--

----- *O Dia do Animal de Arroios comemorado em 2018 teve uma boa adesão dos fregueses e foi alvo de alguns elogios, muito embora tenham ocorrido algumas falhas na organização, da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia, pois não foram acatadas as sugestões da comissão. Nomeadamente, algumas entidades selecionadas pela comissão não foram convidadas a estar presentes.* -----

----- *Recordamos, por exemplo, que a comissão contactou veterinários e associações que mostraram o seu interesse em estarem representadas. No entanto, o Executivo optou por não convidar essas entidades.* -----

----- *Neste contexto, muito foi surpreendida a comissão de bem-estar animal ao ser realizado um evento com o apoio da Junta de Freguesia exatamente com as mesmas características e objetivos do Dia do Animal de Arroios, sem que a comissão tivesse sido informada do evento antecipadamente.* -----

----- *Aparentemente, o Dia do Animal de Arroios foi substituído por outro evento com as mesmas características e objetivos do evento proposto pela comissão.* -----

----- *Face ao exposto, a comissão de bem-estar animal pede ao Executivo um esclarecimento sobre a razão de não ter sido comemorado o Dia do Animal de Arroios e se no futuro será comemorado este dia ou não.* -----

----- *Por outro lado, a comissão lamenta que o evento “Natal dos Animais” tenha ocorrido sem que houvesse uma comunicação prévia aos Membros da comissão, uma vez que teriam todo o gosto em estar presentes e contribuir para o sucesso deste evento.”* -----

----- Continuando, disse que tinha dois pedidos de esclarecimento em nome do PAN relativamente a protocolos. -----

----- Em sessão ordinária da Assembleia de Freguesia realizada no dia 22 de setembro de 2018, o então Tesoureiro do Executivo, Jorge Lavaredas, informou o seguinte: -----

----- *“Na nova geração de contratos de delegação de competências que queriam acionar com a CML havia um conjunto de propostas feitas à Câmara que aguardavam impacientemente que esse processo se concretizasse”.* -----

----- Nessa reunião o Tesoureiro salientou o seguinte. *“O projeto sobre o Largo do Mastro ia ser desenvolvido em conjunto com o Paço da Rainha, o cruzamento da Gomes Freire, o Largo do Mastro e o Largo do Mitelo”.* -----

----- Passado mais de um ano sobre essa comunicação do Executivo perguntava qual o ponto de situação desse projeto.-----

----- Outra questão prendia-se com faturação eletrónica. Em 2009 tinha entrado definitivamente em vigor o artigo 299-B do Decreto-Lei 111-D de 2017, de 31 de agosto, que tornava obrigatória a faturação eletrónica no âmbito dos contratos com a administração pública. O prazo dessa obrigação tinha sido prolongado por mais um ano, até 18 de abril de 2020 no caso das administrações regionais e locais, onde se devia

enquadrar as Juntas de Freguesia, para dar tempo e se enquadrarem às regras de mudança e complexidade do projeto. -----

----- Face ao descrito, gostaria de ser informado sobre que procedimentos estavam a ser tomados pela Junta de Freguesia para cumprir o prazo estabelecido. -----

----- Por último não era uma questão, mas sim uma nota de felicitação à Refood Arroios. O projeto Refood tinha nascido com o propósito de recolher comida não servida por restaurantes ou pastelarias e fornecê-las às pessoas necessitadas. A Refood tinha o apoio de diversas entidades, públicas e privadas, em vários pontos do País. -----

----- Era com o objetivo de apoiar esse projeto que o PAN, num e-mail enviado a 11 de março de 2018 ao Executivo, solicitava o apoio da Junta de Freguesia ao Movimento Refood Arroios, nomeadamente na cedência de um espaço que permitisse arrancar com o projeto. Em resposta ao e-mail então enviado houve o contacto da Senhora Presidente da Junta de Freguesia para informar que a Junta não dispunha de qualquer espaço adequado que pudesse disponibilizar a título gratuito ao Movimento Refood Arroios. -

----- Lamentava que não tivesse sido possível ceder o espaço à Refood. No entanto, o movimento não desistira e passado um ano e meio o espaço Refood Arroios era inaugurado no passado dia 7 de dezembro na Freguesia do Beato. -----

----- De momento cerca de cem voluntários da Refood Arroios já estavam a recolher alimentos nos restaurantes e pastelarias da Freguesia de Arroios e a apoiar cinco instituições. A partir do mês de janeiro iriam iniciar o apoio a algumas famílias da Freguesia de Arroios. -----

----- Face ao exposto, gostaria de felicitar a Refood Arroios pelo trabalho desenvolvido e pela persistência demonstrada. -----

----- **Membro Jorge Rodrigues (PS)** disse que a sua intervenção tinha como finalidade elogiar o trabalho do Executivo a nível da higiene urbana. -----

----- Assim, a bancada do Partido Socialista congratulava-se pela continuidade da aposta feita na higiene urbana, em especial pelo concurso público aberto para a contratação de 55 trabalhadores. Esse concurso, lançado em 2019 e que estaria concluído em 2020, constituía não só um reforço bastante importante dos recursos humanos afetos à higiene urbana, tão carente na Freguesia, como também era feito sem recorrer à desnecessária e indesejável precariedade laboral ou a um qualquer *outsourcing* não mais capaz do que os recursos próprios. -----

----- Assim, o esforço financeiro subjacente era produtivo e devido, indo ao encontro das expectativas dos fregueses de Arroios que exigiam redobrada atenção nessa área. Em 2020 estaria certamente melhor preparada para cumprir o dever da Junta e o seu comprometimento em ter uma Freguesia limpa para usufruto dos seus moradores, comerciantes e transeuntes. -----

----- **Membro Margarida Barata (BE)** disse que queria apenas lançar uma informação.

----- Em novembro do ano anterior o BE tinha apresentado uma moção para a criação de uma rede de cultura em Arroios. Até ao momento não tinha sido possível isso acontecer, apesar de algumas tentativas. No corrente mês conseguiram reunir com o Doutor António Serzedelo, tiveram ideias para a criação dessa rede e gostava de informar todos e pedir a quem tivesse contribuições a fazer que a partir de janeiro essa rede iria existir, teria as suas reuniões para conseguirem começar a trabalhar em parceria com todos os agentes culturais da Freguesia. -----

----- **Membro Maria Borges Leitão (PSD)** disse que se lembrava de um reparo feito no ano anterior no sentido de medir em termos de igualdade, porque era uma Freguesia multicultural e os católicos também tinham direito a receber o feliz Natal e não só um bom ano novo. -----

----- Ainda estavam na época de Natal até 6 de janeiro e o feliz Natal era uma questão bonita, colocava-os em pé de igualdade com toda a questão cultural existente na Freguesia.-----

----- Gostava de saber como estava o projeto de alargamento dos horários das casas-de-banho públicas na zona, porque com o inverno era mais complicado para as pessoas.--

----- Apesar de gostar mais dos enfeites de Natal desse ano na Freguesia, estava muito mais bonita, lamentava que a Passos Manuel não tivesse iluminações. Que não fosse a desculpa dos comerciantes ajudarem a pagar porque aquela zona também tinha sido muito afetada com a questão do fecho do metro e os comerciantes daquela zona tinham tudo às escuras nessa altura do ano. Lamentava que a Passos Manuel mais uma vez não tivesse uma iluminação condigna, porque tanto quem vivia na zona como os comerciantes eram fregueses e beneficiavam com certeza.-----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que já tinha ouvido direta e indiretamente uma questão que era falsa em relação à internet, em relação ao Natal do Animal estar no site. Nem toda a gente tinha internet e ninguém era obrigado a ir à internet, inclusivamente quando o site teve alguns problemas.-----

----- Seria de bom tom toda a gente ser informada. Inclusivamente tiveram Assembleia uns dias antes e informaram que iriam reunir, por isso teria sido bonito serem informados que as ideias iriam ser usadas para o Natal.-----

----- Sabia que a Senhora Presidente da Junta a elogiara, dizendo que andava sempre atenta às questões dos animais. Era verdade, mas atenta na rua, havia locais próprios e editais próprios, até havia uma viatura e uma funcionária cujo trabalho era exatamente ir colocar os documentos nos editais e por isso espantava muito não ter visto nos editais a informação desse evento, quando sabia que até tinha havido umas chamadas telefónicas e umas mensagens para determinadas pessoas. Ficaria muito bem terem-lhes feito o mesmo.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que tinha sido sensível aos argumentos do Executivo relativamente à marcação da Assembleia. Essa e a próxima ordinária seriam Assembleias onde geralmente se discutia muito, demoravam muito tempo com as Grandes Opções do Plano e depois a prestação de contas, sendo necessário alterar a hora. Se houvesse inconveniente para muita gente podiam repensar a marcação.-----

----- Na Assembleia de setembro tinha chegado mais cedo, estava apenas com a Senhora Presidente da Junta e tinha levantado a questão da sede da Junta, porque quem determinava a sede era realmente o órgão deliberativo. O que a Senhora Presidente da Junta informara era que a Câmara ainda não tinha feito a cedência do espaço para a Junta de Freguesia. Não sabia se já tinha passado ou não.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta**, respondendo à Membro Ana Mirra, disse que já tinham enviado uma carta e podia dar uma cópia, que fora para todos os Membros da comissão de bem-estar animal. Não valia a pena estar a ler, mas podia dizer que o Dia do Animal não tinha sido realizado nesse ano por ser altura da montagem da sede, com as equipas todas a trabalhar para isso.-----

----- Sobre o Natal, era uma proposta da Câmara Municipal, os cartazes eram da Câmara e foram entregues na véspera. A única coisa que conseguiram fazer foi pôr no facebook e entregar a mil crianças da Freguesia um folheto sobre os animais.-----

----- Quem convidava as associações, quem pagava aos artistas, tudo isso era a Câmara Municipal. A intervenção da Junta era ceder o espaço e estar com eles. Era um pedido do Senhor Vereador Carlos Castro.-----

----- Achava estranho que não tivessem visto nem o facebook, onde iam avançando os dados que podiam ter. Só à última da hora souberam que ia a Lena de Água, quem eram os intervenientes, quem eram os médicos que estavam presentes e as associações. -----

----- Esperava que a Câmara continuasse a fazer essa ação, onde a Junta apenas cedia o espaço e que não substituía o Dia do Animal, mas achava estranho que pelo menos as pessoas da comissão não fossem sequer ao facebook. Não falava da população em geral, que às crianças das escolas foi dado um folheto, mas as pessoas da comissão não írem sequer ao facebook e à página da Junta ver o que se passava era uma coisa estranha. --

----- Sobre o alargamento dos horários públicos podia dizer que já foi alargado por exemplo o do Campo Mártires da Pátria, que começava às sete das manhã. Não tinha consigo os horários todos mas se pedissem com tempo teria já essa informação toda. Podia mandar mas não tinha o horário de todos os funcionários na sua cabeça.-----

----- O único que estava fechado e as pessoas sabiam era o do jardim Constantino, por motivos de obras que estavam a ser efetuadas na rede de esgotos. Tiveram que mudar toda a rede de esgotos do jardim e fazer uma mudança para que não afetasse as árvores.

----- Sobre a Passos Manuel não ter iluminação, não tinha essa nem muitas zonas da Freguesia. Pedira-se um extra à Câmara Municipal, como tinha sido solicitado pelo Doutor Vítor Teles para uma zona da Estefânia que não era propriamente a Rua Pascoal de Melo, e a Câmara cedera com o custo económico, como cedia a muitas outras Freguesias. -----

----- A maior parte das ruas da Freguesia não tinha iluminação. Havia em algumas zonas principais como o eixo da Almirante Reis, o Saldanha que também já tinha.-----

----- Agradeceu à Membro Margarida Barata o empenhamento na “Cultura em Arroios”. Já tinha sido combinado com uma colega sua e o Doutor Serzedelo organizara. Já tinham pessoas para ajudar nesse trabalho com o movimento associativo, entrava uma pessoa que estava num projeto na Passos Manuel com a CML e que ficava a trabalhar.

----- Quanto à Refood, pedia imensa desculpa mas a Refood em Arroios não existia. Podia dar uma volta com o Membro António Valente para perceber que não tinham espaços físicos. A única entidade que podia ter espaços físicos livres era a Câmara Municipal. -----

----- Chocava-lhe um pouco que não tivessem dado a informação correta porque foram informados, e tinha tudo na sua cabeça, de todos os espaços que podia haver na Freguesia onde fazer a Refood. O espaço que queriam era muito grande e o que havia eram lojas com 17 metros que não davam para esse tipo de trabalho. -----

----- Portanto, a Refood de Arroios não existia. A Refood podia apoiar utentes de Arroios, como a Junta apoiava outras pessoas, mais de 50 famílias a quem apoiava diariamente. Também faziam recolha de bolos e de pão, tinham 50 refeições quentes diariamente com origem no Banco de Portugal. Isso já ia desde o tempo do PSD, um contrato feito com o Banco de Portugal e o “Desperdício Zero”.-----

----- Além disso, tinham alimentação que davam diariamente a famílias e a Misericórdia entrara com distribuição de alimentos semanais. Estavam a fazer esse trabalho em conjunto com a Junta e o Centro Social e Paroquial de São Jorge de Arroios, mas o espaço era diminuto e pediram se a Junta arranjava um espaço um pouco melhor. Fazia-se esse trabalho sempre com todo o movimento associativo.-----

----- Havia uma distribuição de alimentos que sabia ser mal feita, junto ao Cabeço da Bola. Era um pouco ad-hoc mas a Junta não controlava, nem o Centro Paroquial, não tinha controle de ninguém.-----

----- Em todas as outras tinham as pessoas. Quando o Membro António Valente quisesse teria muito gosto, falava com os técnicos que lhe dariam toda a informação sobre todas as pessoas que receberam cabazes de Natal e outras situações.-----



----- A Refood do Beato podia apoiar as pessoas de Arroios, não havia problema nenhum, mas não havia nenhuma Refood em Arroios. Na altura falara-se com a igreja, falara-se com entidades que tinham espaços a sério, deram-se os contactos, todo esse trabalho foi feito, não era só recebê-los. -----

----- Tinha criado um refeitório para cem pessoas que ainda existia, da Abraço. Sabia perfeitamente o que era ter um refeitório e tinha que ser em capacidade, não era “à balda” que se podia criar um refeitório, era com todas as regras de higiene e segurança alimentar. Mesmo a comida através do “Desperdício Zero” ia em caixas, estava contratado com a ASAE e com todas as situações. -----

----- O Largo do Mastro e Largo do Mitelo eram um assunto que estava com a Câmara. Sabia que no Largo do Mitelo seria arranjada a fonte em 2020 pela própria Câmara, ficava a do Largo do Mastro porque era da EPAL, que também se pedira para ser arranjada, mas importante era aquela envolvência toda e uma situação que havia era até a união das duas áreas do jardim. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que na questão da faturação eletrónica estava tudo tratado e seria para entrar em vigor em abril. Os serviços da Junta tinham tudo programado com as plataformas. Não era nenhuma preocupação e nesse sentido iria decorrer normalmente, como a Lei impunha. -----

----- **Membro Maria Borges Leitão (PSD)** disse que não lhe parecia estar tudo esclarecido. Como católica não tinha ouvido o desejo de bom Natal, era uma situação de discriminação que começava a haver e não entendia. -----

----- Perguntou se tinha havido algum presépio promovido pela Junta de Freguesia. Estava com mobilidade limitada e não tivera possibilidade de passar por ele. -----

----- Sobre a questão das casas-de-banho já levava três anos a pedir os horários. Não era novidade nem a Senhora Presidente tinha que decorar esses horários, se havia alterações muito menos teria que decorar, mas podia ter ido munida dessa informação porque estava-lhe sempre a solicitar na Assembleia. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que era só para responder à Senhora Presidente da Junta sobre a questão do Natal dos Animais. -----

----- Quando se dizia para consultar o facebook, por exemplo no seu caso não tinha facebook. No site não tinha visto, ia lá consultar outras coisas e a maioria delas não estavam, certos assuntos não estavam atualizados. -----

----- Não pertencia à comissão do bem-estar animal, mas até por experiência de outras comissões e em especial a comissão de acompanhamento da integração dos precários, não era de menosprezar e não era difícil que eventos desses, que tinham a ver com determinados Membros da Assembleia que faziam parte de uma comissão, que se pudesse diretamente mandar informação aos Membros dessa comissão. Era isso que tinha falhado. -----

----- Sabia que no caso da comissão de integração dos precários, tudo aquilo que se fazia passava ao lado da comissão. Infelizmente todos esses comportamentos e procedimentos se calhar não eram os melhores. -----

----- Pedia desculpa à Senhora Presidente, podia falar também consigo, mas as coisas aconteciam assim. Não sabia se era intencional ou não, mas parecia-lhe correto que havendo determinados eventos e havendo uma comissão, sendo que a comissão do animal até tinha uma ação, podiam ser informados. O que tinha falhado era essa informação aos Membros da comissão. -----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que queria deixar duas notas, uma por o facebook não ser um meio de comunicação oficial e não era por aí que tinha de estar informado sobre as atividades da Junta de Freguesia. -----

----- Outra nota era relativamente à ReFood Arroios, inaugurada com esse propósito. Um espaço que iria apoiar a Freguesia de Arroios. Estava localizada no Beato, não tinha sido possível utilizar outro sítio, mas era isso que se passava. -----

----- Relativamente à faturação eletrónica, a resposta não era esclarecedora. Dizer que se ia cumprir a Lei era fácil mas gostava de saber o que estavam a fazer, se tinham equipas de sistemas de informação a trabalhar na área, se havia uma plataforma geral para o Estado. Dizer que se ia cumprir a Lei para si não era suficiente. -----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, disse que o Executivo estava também imbuído do espírito natalício. Era católico e desejava um bom Natal à Membro Maria Borges Leitão. Aliás, por estarem tão imbuídos do espírito de Natal, na primeira página do jornal desejaram um bom Natal a todos os fregueses. -----

----- Relativamente à questão do Natal dos Animais, como a Senhora Presidente já explicara, era uma organização conjunta da Provedoria dos Animais e da Câmara Municipal de Lisboa. A Junta de Freguesia, ao ser contactada pela Câmara e pela Provedoria no sentido de disponibilizar o espaço, imediatamente tinha cedido o espaço para a realização do Natal dos Animais. -----

----- Acontecia que a informação recebida da Câmara tinha sido muito em cima da hora, na véspera. Não sendo o facebook um órgão oficial mas o site era e apesar da informação da Câmara ter chegado muito tarde colocou-se de imediato no site e mais, enviou-se uma newsletter especial. Havia uma newsletter semanal que era enviada todas as terças-feiras, mas como sentiram que a informação da Câmara tinha chegado muito tarde enviou-se uma newsletter especial apenas para informar os fregueses desse evento. -----

----- Inclusivamente os cartazes foram entregues na véspera e fizeram tudo para que a informação chegasse atempadamente a todas as pessoas. -----

----- Como não dependia diretamente da Junta era difícil controlar essas situações, mas tentaram informar todas as pessoas e os Membros da comissão também poderiam ter acesso através da newsletter ou do próprio site. -----

----- Ficasse claro que não era qualquer desconsideração, como se podia subentender de algumas intervenções dos Membros da Assembleia, pelos Membros da comissão. Gostaria que mais pessoas estivessem presentes. Estiveram várias instituições escolhidas pela Câmara em conjunto com a Provedoria Municipal dos Animais. A Junta não tivera qualquer intervenção nesse sentido, limitara-se a ceder o seu espaço para se realizar o Natal dos Animais. -----

----- Era um evento que, segundo sabia, a Câmara pretendia replicar em 2020, mas isso não substituíra o Dia do Animal. Pelas razões já referidas pela Senhora Presidente não se tinha comemorado nesse ano mas seria replicado em 2020. Uma iniciativa não substituíra a outra. Portanto, em princípio em 2020 teriam dois eventos dedicados aos animais, o Dia do Animal em Arroios e o Natal dos Animais mais uma vez prometido pela Câmara Municipal. -----

----- Esperava que essa questão ficasse clara, no sentido de que não havia qualquer intencionalidade do Executivo em desconsiderar os Membros da comissão do bem estar, longe disso. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que a noite seria longa e não iam a lado nenhum nesse pingue-pongue. A única coisa que eram incapazes de dizer era que falharam, não se lembraram. -----

----- Não entendia, baralhara-se completamente, qual era a relação entre ser da comissão de bem estar animal e ter facebook. Não tinha que ter facebook, não tinha que ir à internet. Por exemplo estava a trabalhar nesse sábado, as pessoas trabalhavam. Dava graças ao “vosso Deus” por não estar ligada à internet constantemente. -----

----- Era só dizer que realmente tinha-lhes passado, estavam no Natal, era espírito natalício perdoar, eram todos amigos. Só queria isso. Levavam horas a discutir esse assunto e a única coisa que queria era isso. -----

----- Tinha sabido porque houve uma pessoa que recebeu uma mensagem privada e não fazia parte da comissão, nem da Junta e provavelmente não votava no PS. Não era o PS contra o PCP, mas era bonito terem recebido uma mensagem. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que talvez houvesse uma falha. Os serviços também eram pessoas, funcionários que sabiam quem estava na comissão. Se tinha ligado para alguém com certeza era seu amigo e resolvera ligar, mas particularmente e não como Presidente de Junta. -----

----- Quando se davam informações era para toda a gente, mas podia ligar a um amigo seu em particular e não era por as pessoas serem menos importantes. Talvez houvesse havido uma falha dos serviços e a Presidente não tinha culpa. Estavam presentes os funcionários que sabiam o que se passou. -----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação das atas nº 14, 15 e 16, das sessões anteriores;** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** assinalou que a ata número 14 tinha um lapso, a presença do Membro do CDS que não estava presente. -----

----- Seguidamente, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 14**, com a correção assinalada, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 15**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata nº 16**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 4 – Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para 2020;**-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que 2019 tinha sido um ano de inúmeros desafios. Concluiu-se com sucesso a grande empreitada de regularização dos vínculos precários existentes na Freguesia e podiam contar com trabalhadores em contrato com direitos, com possibilidade de progressão na carreira e com perspetivas futuras de estabilidade na administração pública. -----

----- Agradeceu a todos os Membros da Assembleia que contribuíram para o sucesso desse programa através da comissão de acompanhamento e todos os contributos que deram para que esse trabalho e as vidas dos trabalhadores pudessem ter melhorias. ----

----- Fora também um ano em que a mudança no tecido social e a sobrecarga da pressão turística na Freguesia se traduzia num aumento exponencial da produção de lixo, na proliferação do depósito de lixo em locais indevidos, na colocação de mobiliário e outros bens de grande porte no lixo comum. -----

----- Atitudes pouco cívicas dos moradores e turistas, a par do aumento do lixo, exigiram um esforço assinalável das equipas da higiene urbana, a quem deixava um agradecimento profundo, e da Junta de Freguesia no assumir dessa prioridade como central. -----

----- Além de todo o investimento no equipamento, promoveu-se a contratação com direitos de mais 55 trabalhadores nessa área, tendo sido lançado o procedimento concursal comum para ingresso no Mapa de Pessoal da Freguesia, cuja conclusão teria lugar em 2020. -----

----- Foram adquiridos 45 carrinhos de varredura, 8 carrinhos de lavagem, duas viaturas elétricas com lavagem de alta pressão, 3 viaturas ligeiras de caixa aberta, duas varredouras mecânicas, 2 motocicletos para aspiração de dejetos caninos, 3 roçadoras e 3

sopradadores elétricos, fardamento, material de lavagem, entre outros, num investimento total de cerca de 600 mil euros, garantindo os meios necessários para implementar as medidas exigidas por essa nova realidade. -----

----- O investimento em pessoal, para além das despesas com pessoal do mapa, cifrava em 150 mil euros para dar resposta urgente ao que a Freguesia necessitava através da contratação por ajuste direto simplificado, contratação essa que seria substituída pela celebração dos contratos por tempo indeterminado após a finalização do concurso a decorrer. -----

----- Também o investimento no espaço público e mobilidade era um dos eixos centrais da ação do Executivo. A celebração de contratos de delegação de competências com a Câmara Municipal era um meio imprescindível para a obtenção de fundos para a requalificação e melhoria do espaço público. -----

----- Salientava as dezenas de obras previstas nos passeios com inclinação acentuada, designadamente na Rua Damasceno Monteiro, na Rua Jacinta Marto, Rua Heróis de Quionga, entre outras, numa extensão de cerca de dois quilómetros, permitindo mobilidade segura e confortável aos fregueses de Arroios. -----

----- Estavam previstas ainda e já lançados os procedimentos, para além dessas obras, para colocar o piso antiderrapante para o rebaixamento de passeios e passadeiras, tendo em conta o grande número de quedas e a necessidade de adaptação do espaço público às pessoas com deficiência e/ou mobilidade condicionada. -----

----- Em simultâneo e em colaboração com a CML iria ser feita uma intervenção de fundo no Bairro das Colónias, garantindo uma árvore em cada esquina e com a plantação de mais de cinquenta árvores nos cerca de dezoito cruzamentos existentes e com intervenção nos pisos, colocando piso antiderrapante e rebaixamento das passadeiras. -----

----- Seria ainda intervencionada a Rua de Ponta Delgada, local com maior estatística de sinistros, priorizando os peões e limitando a velocidade automóvel, garantindo maior segurança para todos. -----

----- Dava-se assim resposta a preocupações prementes dos fregueses e dos partidos. Citava o PAN e o PCP, que fizeram chegar as suas propostas às Grandes Opções do Plano. -----

----- O ano 2020 seria de conclusão das obras na piscina de Arroios, permitindo que a par da utilização da piscina da Academia Militar os fregueses pudessem usufruir desse importante equipamento desportivo. O projeto de execução estava finalizado e estava em curso o procedimento para adjudicar a obra. Sabia-se da importância central desse equipamento, que era uma das prioridades. -----

----- Arroios era também uma das Freguesias mais procuradas e o Executivo estava ciente que o alojamento local e o arrendamento não permanente se tinham tornado num problema muito grave, designadamente com a pressão exercida sobre o mercado de arrendamento e levando ao aumento das rendas ou à transformação do arrendamento permanente em alojamento local. -----

----- Por parte da Junta de Freguesia continuariam a manifestar junto da Câmara Municipal e Governo, como fizeram no ano que terminava, preocupação com o Bairro das Colónias, Calçada de Santana, Intendente, entre outros bairros que estavam a sofrer mutações com a alteração da tipologia de arrendamento, esperando que fosse encontrada a solução mais eficaz de manter na Freguesia os seus habitantes e quem lá trabalhava. -----

----- Salientava o esforço do Executivo nessa matéria, que resultara no anúncio por parte do Governo na afetação de parte dos terrenos do Miguel Bombarda para a construção de habitação a custos controlados. Assim, acompanhariam esse processo, bem como todos os programas habitacionais na Freguesia. -----

----- Continuariam empenhados em encontrar uma estratégia integrada de resposta às causas multifatoriais que levavam à situação de sem-abrigo, responsabilidade que tinha recaído sempre na esfera da Junta de Freguesia, apesar de firme e persistentemente insistir junto do pelouro dos direitos sociais da CML no sentido desse grave problema ser assumido definitivamente como uma prioridade por parte de quem tinha responsabilidade nessa área. Era uma questão de dignidade humana básica, uma questão determinante para a Freguesia e para o Município. -----

----- Pretendia-se dar continuidade aos “Dias da Liberdade”, envolvendo cada vez mais associações e entidades da Freguesia no assinalar da liberdade e da democracia, cuja história passava por Arroios, bem como iniciar projetos culturais que procuravam democratizar o acesso às artes, literatura, dança, pintura, design, música, respeitando a interculturalidade numa perspetiva de inclusão e difusão das diferentes sensibilidades, línguas e costumes presentes no território. -----

----- Em matéria de dinamização do comércio local, terminaria em 2020 o concurso lançado para ocupação de lojas e bancas no Mercado 31 de Janeiro, promovendo os pequenos comerciantes, aumentando a visita aos mercados. Seriam abertos novos concursos para revitalizar esse grande património cultural e popular. -----

----- Tinham sido incansáveis os esforços do Executivo de Arroios para a melhoria da rede de autocarros e de funcionamento do Metro, tanto junto da Carris como do Metro de Lisboa. Continuariam a exigir o aumento da frequência das passagens de carreiras que serviam a Freguesia, designadamente da carreira 708, 797, 712 e 730, e a passagem da 734 na Rua Damasceno Monteiro. Também na criação da rede de bairro em Arroios para permitir uma deslocação mais célere e no transbordo gerar maior proximidade na ligações às infraestruturas mais importantes dos bairros, como escolas, jardins de infância, centro de saúde, mercados, farmácias, serviços, estações de metro. -----

----- Seria também imprescindível que quanto às obras do Metro de Lisboa na estação de Arroios não houvesse mais atrasos, situação que não deixariam de acompanhar. ----

----- Internamente prosseguiriam no justo combate a todas as formas de precariedade, abrindo procedimentos concursais comuns para o ingresso dos trabalhadores, com um reconhecido esforço na secção da higiene urbana e do espaço público, garantindo a contratação com direitos e o reforço do Mapa de Pessoal. -----

----- Continuará o investimento em meios técnicos para dar as melhores condições de trabalho e reforçariam a aposta na formação profissional, na perspetiva de desenvolvimento de competências ao longo da vida. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)**, sobre esse ponto, a primeira coisa que queria dizer era que as votações deviam ser como de costume. -----

----- O PCP, de acordo com o estuto do direito de oposição, tinha apresentado propostas ao Executivo e passava a ler: -----

“----- De acordo com o art. 5º do Estatuto do Direito de Oposição, Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, recebemos pré-proposta das Grandes Opções do Plano 2020 acompanhada do Mapa resumo das Actividades Mais Relevantes. -----

----- A complexidade e o timing de resposta foram uma das dificuldades encontradas, no entanto, a importância e exigência que damos ao documento apresentado, exige um esforço que consideramos ser nosso dever. -----

----- As Grandes Opções do Plano para 2020 apresentadas pelo executivo, resumem-se: -----  
----- na aposta nos concursos públicos para potenciar a concorrência e a defesa do superior interesse público; -----

----- no combate à precariedade e a garantia dos direitos dos trabalhadores; -----

----- na requalificação do espaço público no sentido de garantir mobilidade e segurança para todos; -----

*A. C.*

----- em investir na limpeza e salubridade do território; -----  
----- e continuar a abraçar a diversidade e multiculturalidade; -----  
----- Dado ser da responsabilidade do executivo definir o que são, na sua perspectiva, as Opções do Plano para 2020, resta aos membros da Assembleia, apresentar alguns considerandos bem como propor o que se lhe apresente como benéfico para a população da freguesia. -----  
----- Se nada mais houvesse, da leitura efectuada verificamos o seguinte: -----  
----- Nada de Novo é apresentado para 2020; -----  
----- Combate à precariedade, como? Reduzindo de 251 postos de trabalho previstos em 2019 para 200, em 2020? -----  
----- Habitação, transportes, mobilidade e segurança, não são prioridades, -----  
----- Infra-estruturas que respondam a necessidades da freguesia no que respeita à conservação e construção de escolas básicas, creches, jardins-de-infância, ou de um espaço para os mais idosos, não fazem parte das Grandes Opções do Plano; -----  
----- Considerando que a Junta de Freguesia de Arroios deve intervir, dentro das suas atribuições e competências, no sentido de procurar soluções ou minimizar alguns dos problemas na freguesia de forma a contribuir para uma melhor qualidade de vida dos moradores e comerciantes e de todos os que trabalham ou se deslocam na freguesia, desejaríamos que as Grandes Opções do Plano incluíssem, o que abaixo designamos, não, de uma forma contemplativa e de acompanhamento mas como exigência, sempre numa perspectiva de serviço público, beneficiando aqueles que o usufruem e se traduz:  
----- Acompanhar todo o processo das obras na estação de Metro de Arroios, exigindo o seu início, o mais breve possível, bem assim, o cumprimento dos prazos estabelecidos.  
----- Exigir, durante o período das obras, carreiras de autocarros conforme prometido. Informar, os membros da Assembleia e a população, trimestralmente, sobre o andamento das obras, atrasos, medidas tomadas e tudo o que tenha a ver com aquelas;  
----- Contribuir para que se encontre uma rápida resolução para a acessibilidade nas estações de Metro das estações dos Anjos e Intendente que não possuem condições para pessoas com necessidades especiais de mobilidade, assim como a abertura das portas Norte e Sul das estações do Metro de Anjos até à 01 da manhã; -----  
----- Defender melhores transportes, mais carreiras de autocarro, alargamento de horários e a concretização de uma alternativa de transporte que sirva a Rua Damasceno Monteiro, mais estacionamento e melhores acessibilidades; -----  
----- Exigir o início das obras na piscina de Arroios, acompanhando o seu andamento, a fim de serem utilizadas as Suas instalações no ano lectivo 2020-2021; -----  
----- Acompanhar as obras de reabilitação da Escola Secundária de Camões; -----  
----- Intervir ao nível dos espaços públicos, designadamente no que concerne à segurança na circulação pedonal agravada pelas características dos pavimentos da Freguesia com declives acentuados e passeios com calçada desgastada, colocando piso anti-derrapante nas situações mais grave; -----  
----- Intervir nas acessibilidades com especial preocupação com as pessoas com deficiência (remoção de obstáculos, realocização e adaptação de mobiliário urbano, regularização de pavimentos, sinalização sonora nos semáforos, etc); -----  
----- Acompanhar e estar atentos ao projecto denominado "Colina de Santana" que abrange os hospitais de S. José, Santa Marta, Capuchos e Dona Estefânia no sentido de que a solução encontrada satisfaça os interesses e necessidades da população e salvaguarde o património existente; -----  
----- Defender uma rede de Centros de Saúde com serviços dignos, organizados e competentes; -----

Handwritten initials and marks at the top right of the page.

----- Acompanhar o projecto anunciado pelo Governo para o ex-hospital Miguel Bombarda, dando atenção a tudo o que possa a vir lesar a população, informando aquela do andamento dos processos e projectos; -----

----- Defender a existência da 10ª Esquadra da PSP em Arroios, substituindo o posto de atendimento, hoje, sito na Rua José Estevão, com condições de funcionamento e exercendo as funções inerentes ao seu estatuto; -----

----- Melhorar a iluminação na freguesia e interagir com as forças de segurança que garanta um policiamento eficiente e de proximidade; -----

----- Defender a necessidade da construção de Creches, Jardins-de-infância, e escolas básicas na freguesia; -----

----- Defender junto da CML e do Governo políticas de arrendamento, regulação do AL e concessão de licenças para construção de hotéis que, ao contrário da desertificação existente, tragam novos moradores e comerciantes; -----

----- Apoiar e estabelecer parcerias com Associações culturais, desportivas e sociais; -----

----- Acompanhar, dentro das competências e das possibilidades, o fluxo imigratório, com procedimentos de controlo e inibidores de esquemas de imigração ilegal e tráfico humano; -----

----- Estudar a forma de criar um complexo "Residência Sénior" com várias valências que viesse dar resposta a algumas das necessidades da população resultantes do envelhecimento, isolamento e/ou doenças; -----

----- Combater a precariedade na aceção da palavra, isto é, criar postos de trabalho a termo indeterminado, eliminando os contratos a recibo verde; -----

----- Continuar a proporcionar boas condições de trabalho a todos os trabalhadores da Junta de Freguesia, nomeadamente ao nível de instalações, dos meios e ferramentas adequados ao exercício das suas funções de trabalho e da garantia de defesa dos seus direitos; ----- ”

----- Continuando, disse que era isso que tinham enviado. Verificava que algumas coisas estavam nas Grandes Opções mas outras não via retratadas da forma que desejava. ----

----- Como sabiam, o Plano depois tinha o seu reflexo, o Plano era qualitativo e o Orçamento era quantitativo. Uma das coisas que gostaria de chamar à atenção era para as despesas de pessoal. Fizera um pequeno quadro e aquelas representavam cerca de 1.925.000, cerca de 25% do Orçamento, as despesas com avenças eram cerca de 752.000 euros, cerca de 10% do Orçamento. -----

----- Em comparação até com o Plano do ano anterior tinha aumentado significativamente a despesa com avenças. Quando falavam que se ia abrir concursos, a verdade era que os lugares do quadro diminuíram de 251 para 202 e os prestadores de serviços mantinham-se em 72. -----

----- Isso preocupava porque o Orçamento espelhava as Opções do Plano. -----

----- Também se verificava que a despesa com serviços de apoios a atividades, pessoal especializado, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, trabalhos especializados e marketing totalizavam cerca de 1.048.000 euros. -----

----- Havia uma verba para o orçamento participativo de 60.000 euros e gostaria de saber quais eram os projetos que estavam integrados nesse valor, uma vez que nesse ano não havia nenhuns projetos que eram depois realizados no ano seguinte. -----

----- Congratulava-se porque as despesas de capital tinham um valor significativo de 2.075.000 euros, o que era bom. -----

----- **Membro Joana Teixeira (BE)** disse que tinha uma questão sobre o Orçamento, na parte de comunicação. Os valores perfaziam cerca de 150 mil euros e havia uma parte de 30 mil que dizia respeito a serviços externos. Gostaria de saber a que dizia respeito essa rubrica do Orçamento. -----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho,** disse que a Membro Fernanda Lacerda tinha elencado uma série de questões que colocara ao Executivo e na medida do possível iria responder a cada uma delas, naquelas que pareciam mais relevantes. A primeira era a referência ao combate à precariedade, onde dizia não haver nada de novo. ----- Não existia nenhuma redução de postos de trabalho. Os postos que eram ajustados tratavam-se de vagas não ocupadas. -----

----- Como todos sabiam, em dezembro de 2018 a Junta tinha a notícia do aumento de competências por via dos CDCs. Tal aumento de competências iria implicar necessariamente a contratação de mais trabalhadores que por uma questão de prioridade assumida e que não encontrariam em nenhuma outra Junta da Cidade de Lisboa, de combate à precariedade, a contratação estava a ser feita essencialmente por concurso. -----

----- Assim, como apenas em maio de 2019 foram assinados os contratos, por via de autorização da Assembleia de Freguesia, só nessa data fora possível aferir o número exato de postos de trabalho necessários e proceder à abertura de concurso. Se não tivessem previsto lugares a mais não conseguiriam sequer abrir concurso. -----

----- A partir do momento em que souberam as necessidades ajustaram o mapa à receita, ao financiamento que tinham para contratação de pessoal. -----

----- Seriam reduzidos substancialmente, em mais de trinta, os postos de trabalho a recibo verde que passariam a estar no Mapa de Pessoal como ocupados. Portanto, por mais que a Membro Fernanda Lacerda tentasse encontrar questões relacionadas com a precariedade, não as iria encontrar. -----

----- Depois falava-se sobre a habitação, transportes, mobilidade e segurança. -----

----- A habitação e os transportes não eram competência das Juntas de Freguesia e como tal não podiam ser prioridades. Não obstante, seria mais do que justo reconhecer que o Executivo tudo tinha feito junto das entidades competentes para garantir o reforço do número de carruagens do Metro e a maior dinâmica da circulação da linha verde, bem como mais autocarros a servir a Freguesia. Foi uma informação dada em detalhe na última Assembleia de Freguesia, pelo que nem sequer se compreendia a crítica. -----

----- Quanto à habitação, o Executivo sempre pugnara pela construção de habitação a custos controlados junto do Governo e conseguira que os terrenos do Miguel Bombarda fossem afetados a tal construção. Não precisavam que o PCP fosse lembrar essa questão, porque fora iniciativa da Junta de Freguesia no sentido do Governo disponibilizar o Hospital Miguel Bombarda para esse efeito. -----

----- Essa reivindicação estava sempre em cima da mesa e lamentava que não acompanhassem os seus desenvolvimentos. -----

----- Quanto a mobilidade e segurança, bastava ler as Grandes Opções do Plano para 2020 e as dezenas de obras nos passeios para reforçar a mobilidade e a segurança dos fregueses. -----

----- Nas infraestruturas, falava-se em escolas básicas, creches, jardins de infância. Nenhuma dessas matérias fazia parte das competências das Juntas e aconselhava-se uma leitura mais atenta do que era e não era atribuição das Freguesias. -----

----- Não obstante, mais uma vez relembra que o Executivo tudo tinha feito e continuaria a fazer junto do Governo para conseguir a construção de uma escola EB 2/3 nos terrenos do Miguel Bombarda, bem como os espaços de apoio à infância e terceira idade. -----

----- Naquilo que era competência da Junta de Freguesia poderiam ver que a terceira idade, infância e juventude eram e seriam sempre prioridades. -----

----- Por outro lado, no espaço atualmente ocupado pelo Casal de Santa Luzia, na Rua Dona Estefânia, estava prevista também uma creche. -----

----- Sobre o acompanhamento das obras do Metro, isso era feito e a Junta procurava obter todas as informações nessa matéria para comunicar à Assembleia de Freguesia, porquanto tivesse respostas, o que não tinha sido fácil. -----

----- Quanto à acessibilidade nas estações dos Anjos e Intendente, tinham exigido exatamente isso em várias reuniões e em várias correspondências trocadas com o Metro, tal como informaram na última Assembleia de Freguesia. Continuariam a exigir junto do Metro. -----

----- Quanto à exigência de mais transportes, desde 2006 que exigiam isso ao Metro e à CML. -----

----- As obras na piscina de Arroios, tal como referido nas Grandes Opções do Plano, nas páginas 3 e 27, seriam iniciadas em 2020. Estava já aprovado o projeto de execução e esperavam abri-lo até setembro de 2020. -----

----- Faziam o acompanhamento das obras de reabilitação da Escola Secundária de Camões e continuariam a fazer. -----

----- Em relação aos espaços públicos, tal como indicado nas páginas 3 e 27 das Grandes Opções do Plano, seriam realizadas obras estruturantes nos passeios com grande acentuação, designadamente na Rua Damasceno Monteiro, Rua Jacinta Marto, Rua Heróis de Quionga, entre outras, numa extensão de cerca de dois quilómetros, como já fora dito, permitindo mobilidade segura e confortável aos fregueses de Arroios. -----

----- Existiriam mais intervenções para colocar piso antiderrapante e garantir a mobilidade pedonal. -----

----- Nas acessibilidades para pessoas com deficiência, tal como já referido, seriam intervencionadas várias ruas e mais uma vez recordava que os semáforos não eram uma responsabilidade da Junta de Freguesia. -----

----- Sobre o acompanhamento da Colina de Santana e das suas obras, tomava nota e iriam acompanhar. Assim que tivessem informação dariam conhecimento à Assembleia. O mesmo em relação à defesa de uma rede de centros de saúde. -----

----- Em relação ao acompanhamento do projeto do ex Hospital Miguel Bombarda, como já referira, esse era um projeto anunciado graças a intervenção do Executivo. Naturalmente que tinham acompanhado e continuariam a fazê-lo. O mesmo em relação a melhorar a iluminação na Freguesia. -----

----- Quanto à política de arrendamento e regulação do alojamento local, era a Junta de Freguesia de Arroios que tinha proposto à Câmara Municipal o condicionamento de Arroios com percentagens máximas de alojamento local e continuariam a acompanhar o assunto. -----

----- Sobre as parcerias com associações culturais, a Junta apoiava dezenas de associações. O Clube Estefânia, o Lisboa Ginásio Clube, Grupo Desportivo de Arroios, a realização da feira do Intendente com dezenas de pequenos comerciantes. Todos os meses a Junta era parceira de eventos culturais, bastando ver nas Grandes Opções do Plano as áreas do desporto e da cultura para se perceber o elevado grau de acompanhamento e apoio ao associativismo formal e informal. -----

----- Era só por desconhecimento que a Membro Fernanda Lacerda referira que a Junta não acompanhava essas iniciativas. -----

----- Em relação ao acompanhamento do fluxo migratório e controlo de esquemas de imigração ilegal, obviamente que nenhuma era competência da Junta de Freguesia de Arroios. Não obstante, a Junta dava todo o apoio e muito para além das suas competências a refugiados no País, atendendo a que infelizmente nenhuma instituição com competência e financiamento para tal os apoiava. -----

----- A Junta tinha garantido apoio jurídico, apoio alimentar, aulas de Português e programas de voluntariado, atendendo a que muitos estavam legalmente impedidos pelo Estado Português de trabalhar. -----

----- Tomava devida nota sobre estudar a forma de criar um complexo de residência sénior. -----

----- Combater a precariedade era o que tinham feito e com a abertura do concurso para a higiene urbana ingressariam no mapa 55 novos trabalhadores, com o fim das prestações de serviço. Apenas ficariam a prestar serviço na Junta de Freguesia de Arroios verdadeiros trabalhadores independentes liberais. -----

----- Era o que se lhe oferecia dizer sobre a intervenção da Membro Fernanda Lacerda.

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que era intenção da Junta de Freguesia e já o discutiram várias vezes, que se mantivesse uma esquadra efetivamente. Significava ter no efetivo cerca de sessenta homens, o que não tinha o posto de atendimento. -----

----- Como todos sabiam, isso era competência do Governo. A Junta fazia pressão junto da Câmara e do próprio Governo, inclusivé até a Senhora Presidente disse diretamente ao Senhor Primeiro-Ministro na inauguração da sede da Freguesia. Também já lhe tinha dito algumas vezes. Era intenção da Junta continuar a pressionar mas cabia sempre ao Ministério da Administração Interna. -----

----- Todos os partidos estavam em unanimidade nessa matéria da esquadra. A gestão da segurança e o reorganizar toda a cidade entendia que estavam próximos da Primeira Divisão na Rua da Palma, mas a Freguesia de Arroios não tinha de facto uma esquadra.

----- Quanto ao Mapa de Pessoal, a questão nunca era nem seria diminuir postos de trabalho, era o reorganizar o Mapa de Pessoal às necessidades efetivas da Junta de Freguesia. Tinham que adequar com o Orçamento, em que só o pessoal iria gastar 45% do Orçamento depois de reajustar até com o saldo de gerência. -----

----- A Junta de Freguesia nunca era contra o pessoal e teria o pessoal suficiente para trabalhar. Obviamente que também teriam que ter pessoal contratado para atividades que não eram em permanência, como os monitores das piscinas, assessoria jurídica e outras, mas não queriam despedir ninguém e desejavam que toda a gente tivesse a consolidação em termos laborais. -----

----- **A Vogal do Executivo Maria Adélia Caixinha**, relativamente ao orçamento participativo, disse que os 60 mil andavam a transitar, desde 2017 os vários projetos que ainda não estavam executados. Tinham catorze projetos ainda para executar e, portanto, era um acumular de projetos que tentavam resolver. -----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, esclareceu que a grande maioria das despesas relacionadas com a comunicação tinha a ver com a impressão do jornal, cuja reedição tinha começado no último número. Para 2020, retomando a periodicidade trimestral do jornal, previa-se lançar quatro números do jornal e dois números da revista “AR Magazine”. A maioria das despesas da comunicação estavam relacionadas com a produção, impressão, revisão, maquetização, distribuição desses órgãos. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que já não era a primeira vez e gostaria que não o fizessem, pelo menos da maneira como faziam, que a tratassem como uma pessoa que não conhecia as coisas, que não sabia absolutamente nada, que desconhecia tudo aquilo que se passava, o caso das competências da Junta, e que ia para ali dizer umas coisas só por dizer. As respostas que lhe foram dadas, nomeadamente pelo Senhor Secretário Vitor Carvalho, não lhe parecia correto. -----

----- Competia à eleita do PCP, de acordo com o estatuto do direito de oposição, dizer aquilo que gostaria de ver como Grandes Opções do Plano. Gostaria que não fosse

como uma forma contemplativa e de acompanhamento, mas como exigência sempre numa perspetiva de serviço público. -----

----- Sabia exatamente o que era da competência da Junta e o que era competência de outros órgãos. No entanto, competia à Junta, o órgão que estava mais próximo das pessoas, zelar pelos interesses dos moradores da Freguesia. Era por isso que falava em defesa dos pontos que tinham colocado. -----

----- Quanto ao número de funcionários, com certeza que tinha visto o Mapa de Pessoal e a redução de 49 postos. Não eram postos ocupados, eram postos que poderiam ser ocupados e era aí que punha a questão. Entre poder ter um Mapa de Pessoal com um máximo de 251 trabalhadores ou ter 202, havia uma diferença de 49. -----

----- Não estava a dizer que despediram pessoas, dizia era que em vez de abrirem um concurso que pudesse ocupar as faltas tinham reduzido o Mapa de Pessoal. Era isso que lamentava, pois se podia haver mais 49 pessoas a ocupar seria melhor. -----

----- Por vezes parecia que não tinha visto as coisas e não era bem assim. Não era por aí que se deviam dar as respostas. -----

----- Quanto ao Miguel Bombarda, sabia que a Junta tivera uma intervenção, mas o que pretendia era que se acompanhasse porque os governantes iam aos locais e depois não se fazia mais nada. Gostaria que fosse acompanhado quais os projetos que estavam destinados para o Miguel Bombarda. -----

----- As respostas deviam ser dadas em conformidade. Quando falava era porque lia as coisas. Tinha visto o Mapa de Pessoal e lamentava que não entrassem mais pessoas. Aliás, se verificassem, a abertura de concurso para 55 pessoas era para a higiene urbana e havia um défice ainda em outras categorias para outras divisões. O concurso devia ter sido aberto um ano antes. Em Dezembro de 2018 estavam já diziam que ia abrir um concurso. -----

----- **Membro Joana Teixeira (BE)** disse que todos os gastos na parte de comunicação e imagem estavam expressos, a impressão, distribuição, paginação, tradução. Não entendia a rubrica que falava em pessoal externo, 31 mil euros, e ainda existia uma outra em consultadoria em comunicação e marketing. Esse pessoal externo nem era consultadoria e era isso que gostaria de entender, o que seria esse pessoal externo na parte de comunicação. -----

----- Também gostava de saber sobre a designação “Arroios transparente e participada, governação próxima, governação participada”. Não se opunha a retomar o jornal, sendo que também tinha algumas dúvidas sobre a utilização que era feita do próprio jornal. Dizer que era uma forma de ter uma governação próxima e participada seria muito limitador porque estavam a falar de uma entrevista e um editorial da Presidente do Executivo, havia doze fotos da Presidente do Executivo no jornal e, portanto, não sabia se isso seria a designação de governação próxima e participada. -----

----- Parecia-lhe que 150 mil euros para essa totalidade de comunicação e marketing, sendo que continuava sem perceber o que eram 31 mil, poderia fazer-se um grande investimento na participação política dos fregueses, que se calhar de outra forma não acediam. Estar a passar informação de forma unilateral não era dizer que havia participação política na Freguesia. -----

----- Mesmo quando estavam a falar de questões da imigração, se calhar seria interessante pensar em estratégias para levar as pessoas a participar, tanto nas Assembleias de Freguesia como noutros momentos. Haveria gastos mais importantes a serem feitos do que em propaganda. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que era mais por brincadeira mas tinha havido um lapso. O Senhor Tesoureiro tinha falado em inauguração da sede mas segundo as discussões que aconteceram na Assembleia não era uma inauguração. -----

----- **Membro Maria Borges Leitão (PSD)** disse que tinha uma questão relativa à proposta do PCP para acompanhamento de todo o processo das obras da estação do Metro. Na última reunião na Paróquia de Arroios fora dito que provavelmente em novembro já haveria a aprovação do Tribunal de Contas sobre essa matéria e queria saber se isso já existia ou não.-----

----- Em relação à melhoria da iluminação e políticas de arrendamento, o PSD era solidário com isso mas acompanhar a melhor iluminação não bastava. Precisavam de mais iluminação mesmo e a questão da segurança estava-se a colocar outra vez com muita premência e urgência.-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho,** disse que no orçamento da comunicação havia despesas relacionadas com pessoal. Havia três pessoas na área da comunicação, um assessor, um fotógrafo e uma pessoa que dava apoio nas redes sociais e no site. Nas despesas estavam incluídas as remunerações das três pessoas, que eram substancialmente inferiores àquelas que no anterior mandato ouvia vários comentários dos Membros da Assembleia de Freguesia em relação aos valores. Tinha havido uma reestruturação na secção de comunicação e imagem, deixaram de ter a Arroios TV e várias pessoas saíram. Atualmente toda a comunicação e imagem da Junta era feita por três pessoas, o que aproveitava para dizer que era manifestamente insuficiente.-----

----- Relativamente à proximidade, o jornal era um desses veículos de proximidade com os cidadãos, era uma forma do Executivo prestar contas aos fregueses daquilo que fazia, nomeadamente no último trimestre. Não tinha contado o número de fotografias da Senhora Presidente, apesar de ter sido o responsável pela edição do jornal não era quem escolhia as fotografias e a Senhora Presidente ainda menos, porque só vira o jornal no dia em que ele saía.-----

----- A preocupação do jornal era transmitir o que se tinha passado na Freguesia no último trimestre. Na sua perspectiva não se tratava de propaganda, era trabalho feito pela Freguesia e era obrigação do Executivo dar a conhecer a todos os fregueses o que andava a fazer. Isso era prestar contas e tinha a ver com proximidade aos cidadãos.-----

----- Obviamente que fazia sentido sair uma entrevista da Senhora Presidente, porque para além das iniciativas que já aconteceram era importante perspetivar o futuro. A entrevista falava exatamente sobre um dos vetores essenciais do Executivo e que eram os contratos de delegação de competências. Era importante para os fregueses saberem os CDCs, quantos eixos tinham esses CDCs e a Senhora Presidente explicava na entrevista quais eram os sete eixos de intervenção no âmbito dos contratos de delegação de competências. Era importante perspetivar o futuro para além de contar o que já se tinha passado.-----

----- Mais uma vez a Senhora Presidente estava a prestar contas daquilo que iria acontecer. Não considerava que isso fosse propaganda, era uma forma do Executivo dizer o que tinha feito e aquilo que se comprometia a fazer.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes,** disse que não era intenção desprezar ninguém na discussão. Como todos sabiam o órgão deliberativo era autónomo e, se fosse preciso alterar o mapa de Pessoal, o Executivo levava à Assembleia de Freguesia para alterar novamente. Esse era o pensamento de acordo com o Orçamento existente. Se houvesse necessidade de alterar ia ao órgão deliberativo para alteração.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação as **Grandes Opções do Plano para 2020**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP e IND.) e 8 abstenções (PSD, PCP, BE e PAN).-----

----- Submeteu à votação o **Orçamento para 2020**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP e IND.) e 8 abstenções (PSD, PCP, BE e PAN).-----

----- Submeteu à votação o **Plano Plurianual de Investimentos para 2020**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDS-PP e IND.) e 8 abstenções (PSD, PCP, BE e PAN).-----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta** relativa às deliberações acabadas de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 5 – Informação do Executivo sobre distribuição de Pelouros, Delegação e Subdelegação de Competências nos termos do Regime Jurídico das Autarquias Locais;**-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, disse que lhe cabia a si informar a Assembleia de Freguesia sobre a distribuição de cargos, funções e pelouros.-----

----- A Senhora Presidente Margarida Martins tinha os pelouros da ação social e saúde, infância, estrutura verde, mobilidade, espaço público e obras, bem estar animal, mercados e coordenação geral;-----

----- O Secretário Vitor Manuel Carvalho tinha os pelouros da relação com a Assembleia de Freguesia, comunicação e imagem;-----

----- O Tesoureiro André Gomes tinha os pelouros de finanças e património, sistemas de informação, recursos humanos, gabinete de apoio aos órgãos, relação com o cidadão, secção jurídica, contratação pública, higiene urbana, segurança, gestão das instalações, arquivo e frota;-----

----- A Vogal Adélia Caixinha com os pelouros do licenciamento, do Orçamento Participativo, empreendedorismo e comércio local;-----

----- O Vogal António Serzedelo com os pelouros da cultura e bibliotecas, interculturalidade, envelhecimento ativo e desenvolvimento sustentável;-----

----- O Vogal Joaquim Prada com o pelouro do associativismo;-----

----- O Vogal José Eduardo Matos com os pelouros da juventude, educação, desporto, ambiente e proteção civil.-----

----- O substituto legal da Senhora Presidente nas suas ausências e impedimentos era o Secretário Vitor Manuel Carvalho.-----

----- No que se referia ao exercício das funções, a Senhora Presidente exercia o cargo a tempo inteiro. Exerciam o cargo a meio tempo André Gomes, Adélia Caixinha e António Serzedelo.-----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos** disse que por ser o mais recente eleito do Executivo e que coincidia com alguma da reorganização dos pelouros gostaria de manifestar a sua disponibilidade para trabalhar com as comissões que se debruçavam sobre as áreas dos seus pelouros, nomeadamente a educação e ambiente. Tinham a sua disponibilidade para reunir e trabalhar nessas temáticas, visto que muito falaram sobre comissões.-----

----- **Ponto 6 – Nomeação de auditor externo responsável pela certificação legal das contas nos termos do Artº 77 da Lei 73/2013;**-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que era uma obrigatoriedade ser a Assembleia a nomear, como a própria Lei 75/2013 impunha. Era obrigatório terem um auditor externo e tinha sido decidido contratar Telma Curado e Associados.-----

----- **Membro António Valente (PAN)** perguntou qual tinha sido o procedimento concursal para a seleção dessa empresa, qual o valor de adjudicação e quantos contratos já foram celebrados com essa empresa.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que era verdade ter que ir à Assembleia para ratificar essa escolha.-----

----- A última informação que tinham datava de dezembro de 2017, quando votaram a nomeação da Sociedade Stephens e Associados para certificarem as contas de 2017 e 2018. Era verdade que tinha que haver uma alteração dos ROCs de tantos em tantos anos, mas dois anos não era o suficiente e gostaria de saber quais foram exatamente as razões que levaram à rescisão do contrato com essa sociedade. Também saber qual foi o método de escolha, quais os contratos que foram analisados, se houve concursos e qual o montante de adjudicação. Nada era referido e passava a haver uma outra sociedade.-

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que a alteração da ordem de trabalhos e a sua composição só podia ser feita por unanimidade na presença de todos os Membros da Assembleia. Portanto, a deliberação da alteração de pontos sem a presença de todos conduzia à nulidade da deliberação. Era uma questão para futuro, não quisera suscitá-la na altura mas deixava essa nota, que não podia ocorrer sem a presença de todos, como constava da Lei. -----

----- Em relação ao ponto em análise, segundo entendera, a proposta referia-se à certificação legal das contas de 2020 e não de 2019, porque de 2019 já teria sido deliberado pela Assembleia anteriormente. Aquilo que queria saber era se já tinha sido ou não deliberado em relação a 2019 a auditoria das contas e, não tendo sido, que o Executivo explicasse como uma auditoria ia ser feita às contas de 2019. A auditoria pressupunha o acompanhamento da execução financeira e começava no início do ano civil, 1 de janeiro e na melhor das hipóteses 2 de janeiro porque o dia 1 era feriado. ---

----- Queria saber o trabalho que tinha sido feito em relação a 2019 até ao momento pelo auditor anterior e como podiam ter acesso a ele. Se assim não fora, saber porque razão só ia agora. -----

----- Em relação a 2020 estava de acordo, era o momento próprio para apresentar. Antes de começar o ano, porque a sua certificação e acompanhamento começaria a 2 de janeiro. -----

----- Fazia suas as palavras dos oradores anteriores. Saber a que se devia a mudança, como tinha sido feita a consulta ao mercado, que tipo de concurso foi feito, que montantes estavam ali em causa.-----

----- Sabia que era competência do Executivo propor, era competência da Assembleia deliberar e para deliberar necessitava do conhecimento total e perfeito de toda a informação.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes,** disse que, tanto quanto percebia, não era por se fazer rescisão de contrato. O contrato que havia com o revisor anterior estava caducado, tiveram que arranjar no mercado e fizeram por ajuste direto. O valor anual era de 7850 euros.-----

----- Não tinham feito consulta ao mercado e concurso porque a Lei não o impunha. Fizeram um ajuste direto com uma pessoa já conhecida noutros locais como revisor oficial de contas. Teriam que rever as contas de 2019 e de 2020, era esse o contrato. --

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que para si não tinha ficado claro se esse ajuste direto abrangia 2019 e 2020, se o valor era para os dois anos. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes,** respondeu que esse valor era anual.

----- **Membro António Valente (PAN)** referiu que então seria mais de 14 mil euros.--

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes,** disse que era o valor anual, uma proposta que fizeram à empresa na condição de ser autorizado pela Assembleia, um ajuste direto para as contas de 2019 e o mesmo montante para as contas de 2020. Podia depois fornecer todos os dados que não tivessem ali.-----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que para votarem a proposta tinham que saber tudo o que estava em jogo. Se fosse um contrato nesse valor e no ano seguinte

fosse outro contrato nesse valor estavam a fazer fracionamento de despesa. Se fosse dessa forma não estavam a obedecer aos critérios do CCP. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que eram 15700 euros para os dois anos. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** agradeceu as informações prestadas e disse que com esse valor não tinha que fazer concurso público. -----

----- Gostaria de saber o que se tinha passado para chegarem a 27 de dezembro sem revisor oficial de contas. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, referiu que as contas de 2019 seriam revistas em 2020, ainda não estavam revistas. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** observou que a função de um revisor oficial de contas não era só rever as contas, era fazer o acompanhamento da execução das contas. O que se estava a saber era que em relação a 2019 não houve qualquer acompanhamento de revisor oficial de contas porque não havia, o contrato tinha caducado. Era isso que podiam dar como certo. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, explicou que aquilo que tinha detetado era não ter revisor oficial de contas em 2019 e daí a necessidade urgente em se tentar arranjar revisor oficial de contas. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou quando tinha sido isso detetado. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, respondeu que tinha detetado ao assumir as funções de Tesoureiro, cerca de dois meses antes. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que era antes da última Assembleia e nessa altura já podiam ter tratado do assunto do ROC de 2019. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que era importante aquilo que foi ali colocado. O que se verificava era que durante o ano 2019 não havia acompanhamento das contas e gostava de saber a data exata de ter havido uma rescisão. Chamassem o que quisessem mas a verdade era que tinha acabado o contrato de um ROC. As contas de 2019 podiam ser auditadas no final do ano, mas também era verdade que o papel do revisor oficial de contas era um acompanhamento contínuo e por isso falava da continuidade dos trabalhos de um ROC. Era importante para conhecer a entidade, conhecer os procedimentos, conhecer o controle interno, conhecer a gestão de risco, conhecer a forma de trabalhar das pessoas. Isso fazia toda a diferença, conhecer o que se ia passando ao longo do tempo. -----

----- O que estavam a verificar era que os anteriores revisores de contas, quando apresentaram a certificação, acabaram o seu contrato e a partir daí nunca mais se pensou em fazer um novo contrato com novos revisores. Durante todo esse tempo não houve acompanhamento devido às contas, o que era muito importante. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Nomeação de auditor externo responsável pela certificação legal das contas nos termos do Artº 77 da Lei 73/2013**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 12 votos a favor (PS, CDS-PP, 1PCP e IND.) e 7 abstenções (PSD, BE, PAN e 1PCP). -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 7 – Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2 do 9º da Lei nº 75/2013;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** começou por desejar as boas festas a todos os presentes, esperando que fosse um tempo de alegria, de repouso, de partilha, de família, e fazendo votos para que 2020 fosse para todos um ano melhor. -----

----- Disse que o último trimestre era pautado pela concretização de medidas que entenderam como fundamentais para a Freguesia. Todos estavam bem cientes do grave problema de produção e deposição de lixo, comum a todas as Freguesias de Lisboa. Por um lado pela pressão turística e pela existência de vários estabelecimentos comerciais e hoteleiros mas, por outro lado, pelo não cumprimento dos fregueses e visitantes das mais básicas regras de civismo e da vida em comunidade. -----

----- O lixo acumulado nos passeios e nas eco-ilhas era infelizmente um cenário que se repetia todos os dias em Arroios. Contudo tinham recebido uma nota por parte de dezenas de fregueses, Arroios estava a dar uma resposta necessária e os funcionários da higiene urbana numa reunião de Câmara tiveram um louvor por esse trabalho. -----

----- A Junta tinha feito um grande investimento na aquisição de pás, vassouras, varredoras, mangueiras, veículos de recolha de lixo e outros equipamentos, a par do grande investimento na contratação de trabalhadores que estava a ter resultados visíveis muito positivos. -----

----- Com esses passos conseguia-se garantir que a mesma rua era lavada no mínimo três vezes por mês e havia sempre, dia e noite, uma carrinha a circular pela Freguesia para recolher lixo. -----

----- Estavam os dois pólos a funcionar sete dias por semana de dia e de noite. Fizesse chuva ou sol, os trabalhadores da higiene urbana estavam na rua a tornar a Freguesia mais limpa e saudável. -----

----- Lamentavelmente, quem sujava a Freguesia e não respeitava os cidadãos não era punido, por um lado pela inexistência de fiscalização, por falta de meios da Polícia Municipal, e por outro porque era difícil identificar quem depositava o lixo indevidamente. Por isso também lhes cabia enquanto fregueses alertar para essa situação que exigia um esforço individual, de cumprimento das mais básicas regras de convivência e respeito. -----

----- Sobre essa matéria respondia diretamente ao desafio lançado do concurso para 55 assistentes operacionais. Tinha sido publicado no Diário da República, essa publicação dependia apenas da Imprensa Nacional e demorou três semanas após o envio, tendo já terminado o prazo das candidaturas e estando as mesmas em fase de apreciação. -----

----- Em matéria de espaço público e CDC estavam em curso vários procedimentos concursais de contratação para materializar a execução de diversas obras em toda a Freguesia, particularmente obras destinadas à melhoria do espaço público, da mobilidade dos cidadãos, designadamente a melhoria e recuperação de vias da Freguesia, a qualificação de praças, promoção de acessibilidades e segurança pedonal em travessias, manutenção de espaços verdes, repavimentação de passeios com antiderrapante, entre outros. -----

----- Essa mudança de paradigma devia honrar a Assembleia, porquanto eram praticamente a única Freguesia com procedimentos concorrenciais para a generalidade da aquisição de serviços, permitindo assim uma maior transparência e sindicância, tanto dos eleitos como das populações. -----

----- Em matéria social, cultural e associativa sublinhava a grande adesão e sucesso do festival da “Bicicleta Solidária”, das aulas gratuitas de bicicleta, projeto realizado conjuntamente com a Cicloficina para miúdos e graúdos em outubro e novembro, incentivando a mobilidade ativa e saudável. -----

----- Gostaria também de saudar a Assembleia porque era o período em que deram um passo decisivo na questão da isenção de taxas aos comerciantes afetados pelas obras do Metro, luta que continuariam a travar e designadamente pela requalificação das estações, pela abertura de várias saídas até à uma da manhã, pela iluminação e limpeza



das estações, por melhores tempos de espera entre passagens e não pela supressão do número de carruagens.-----

----- Isso a par da intervenção que tinham junto da Carris, exigindo carreiras de bairro, soluções para a Rua Damasceno Monteiro, maior regularidade na passagem de autocarros e alteração de percursos, servindo melhor a Freguesia.-----

----- Em termos culturais continuava a dinamização associativa e popular como parceiros na realização de vários eventos que dinamizavam o comércio tradicional e democratizavam o acesso à cultura, com a realização da galeria “Escuta”, a feira do Intendente, o almoço comunitário de Natal no Intendente, a primeira edição do Natal dos Animais, entre outros.-----

----- Prosseguiu-se o acompanhamento social de vários agregados familiares, tendo retomado o serviço de acompanhamento jurídico, onde se verificava que o que mais afetava as famílias mais carenciadas continuava a ser a habitação.-----

----- Nesse sentido a Junta tinha encaminhado todas as situações às entidades competentes, designadamente a Câmara Municipal e a Santa Casa da Misericórdia, continuando os esforços no apoio a quem mais precisava e sendo muitas vezes a resposta de primeira linha a quem as pessoas mais recorriam.-----

----- Finalmente agradecia a todos os funcionários da Junta de Freguesia de Arroios pelo serviço público desempenhado diariamente com zelo e dedicação, contribuindo para aproximar o poder local das populações.-----

----- Desejou a todos um feliz ano 2020.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que da apreciação do trimestre tinha algumas coisas a dizer, nomeadamente a questões que tinham a ver com erros detetados. Começava pela página 5, lugares ocupados – 121 e nas Opções do Plano eram 118. ---

----- No relacionamento com o cidadão, página 14, referia três inscrições na piscina, o que não conferia com o mencionado nos pólos *per si* e que era zero. Não se entendia um quadro da página 14, no final mencionava 5846 atestados emitidos, o que não coincidia com o total dos mencionados nos quadros dos pólos e que eram 680. Não conseguia entender esse quadro final da página 14.-----

----- Na higiene urbana o gráfico em forma de queijo tinha sete cores e seis legendas. -

----- Na proteção civil havia algo que tinha sempre dúvidas. Falava-se num programa de desfibrilhação automática externa, aquisição de desfibrilhador para a sede. Gostaria de saber se essa aquisição tinha a ver com alguma obrigatoriedade imposta por Lei e se tinha havido formação para o uso desse aparelho.-----

----- Passando à posição financeira, gostaria de ver esclarecida uma dúvida. No mapa das despesas, dotações corrigidas, nas despesas com pessoal havia uma dotação disponível de 519 mil euros, 18% sobre a dotação. O mapa referia-se a 30 de novembro, o cabimento era de cerca de 170 mil e queria saber a razão da diferença, de haver uma disponibilidade de 350 mil.-----

----- Havia mapas nas páginas 72 e 73 cujas percentagens estavam erradas. Uma delas tinha uma percentagem de execução acima dos 200%.-----

----- Passando à última página, dos bancos, verificava-se que do total em depósito, 2.826.000 euros em depósito, cerca de 2459 euros estavam no banco BIC. Considerando que era prudente as entidades ou empresas não terem uma política de concentração das aplicações financeiras, gostaria de saber qual a razão para não ter funcionado a política de gestão de riscos em relação às entidades bancárias, caso houvesse. Também saber porque se optara por haver um montante quase de 100% numa única entidade bancária.

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes,** disse que havia um lapso na página.

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos** agradeceu as questões colocadas. Não tinha referido isso na sua anterior intervenção, mas todas as questões, todas as

preocupações eram bemvindas e agradecia todo o empenho dos partidos que se deram ao trabalho de contribuir com propostas, com ideias. Leram a informação preparada pelos serviços da melhor forma que sabiam e conseguiam. Aliás, gostaria também de deixar um agradecimento aos serviços que ajudaram a produzir os documentos. -----

----- Relativamente à questão sobre a proteção civil, tanto quanto sabia, não havia obrigação legal de ter um desfibrilhador na sede da Junta de Freguesia. Contudo, fazia parte das opções do Executivo e já estava contemplada ainda antes da sua entrada e de ter assumido o pelouro da proteção civil. Existia a intenção de haver um desfibrilhador em todos os postos de atendimento e também na piscina, ainda que de momento as aulas não decorressem em instalações da Junta e sim nas instalações da Academia Militar. Estavam inclusivamente a equacionar a aquisição de desfibrilhadores para estarem disponíveis noutros sítios que não apenas a sede. -----

----- Não existia essa obrigação mas fazia parte do plano de segurança, de proteção civil e de assistência às pessoas que se deslocavam à sede e aos outros pólos. -----

----- Quanto à formação, era verdade que tinha sido dada e continuaria a ser dada. Estavam quatro funcionários a ter a formação. -----

----- Disse que o Luis Parada era a pessoa que o tinha ajudado na proteção civil. Era importante terem noção que atrás dos Vogais havia uma equipa ainda maior que dava esse apoio. -----

----- No contrato de aquisição dos desfibrilhadores estava a manutenção e a formação. Contudo, ainda antes da aquisição já havia essa formação, ainda que não tivessem o aparelho mas os voluntários frequentaram algumas formações que foram dadas em parceria com várias organizações, nomeadamente os Bombeiros Sapadores de Lisboa.

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que a questão do banco mantinha-se mas com a entrada dos CDCs iriam abrir mais contas bancárias por causa dessa situação de risco. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, acrescentou que algum desse dinheiro sairia já nas obras ao longo do ano, à medida que se iam executando algumas empreitadas em curso. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** saudou o Executivo pelos desfibrilhadores na sede da Junta de Freguesia e sugeriu aquilo que parecia ser intenção, colocar nos outros pólos, mas também deixar para reflexão se valeria a pena ou não pensar na colocação noutros locais de grande aglomerado populacional. Estava-se a lembrar por exemplo do edifício onde estavam reunidos, se fazia sentido ou não ter um desfibrilhador nesse edifício protocolado com a Freguesia. -----

----- Também nas escolas, nomeadamente na Escola Secundária Camões, nas próprias escolas primárias. Ver em que medida faria ou não sentido haver formas protocolares. Sabia de municípios onde isso já tinha sido feito e por isso estava a sugerir, nesses casos em conjugação com o INEM. -----

----- Deixava a saudação ao Executivo pela colocação do desfibrilhador, mas também a possibilidade de ser alargado a outros pontos. O ótimo era sempre inimigo do bom e quando pusessem em mais dois ou três sítios iriam inventar outros cinquenta para colocar. -----

----- A outra questão colocava-se com a abertura de novas contas bancárias por causa dos CDCs e o que perguntava à Senhora Presidente era se por uma questão de transparência a intenção seria abrir uma conta por CDC, para que cada uma delas tivesse o acompanhamento respetivo ou se seriam agrupadas. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que havia outro pormenor que seria de mencionar. Falava muitas vezes na série de gráficos, coisas que considerava pouco

*Handwritten initials and signature in the top right corner.*

importantes, mas notara que havia uma redução dessas formas que no fundo não davam qualquer informação relevante e benéfica a quem analisava.-----

----- Por exemplo no mapa 11, sobre os procedimentos da contratação pública, reclamava muitas vezes que esse mapa era feito de uma tal maneira que ocupava duas páginas e depois não se conseguia ler, estava mais simplificado, mais pequeno e que se conseguia ler o mesmo. O outro era um “monstro” e não se conseguia ver. -----

----- Nalguns casos ainda poderia ser melhorado, mas já alguma coisa tinha sido feita.

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse, em relação aos CDCs, que as contas seriam ao nível das obras e depois havia a área da ação social. Seriam divididos por obras e ação social, até porque tinham esse compromisso com a Câmara, não terem uma conta obra a obra que depois seria uma confusão. Não era possível para a contabilidade, nem para a contabilidade da própria Câmara Municipal. -----

----- Tinham que dar contas de tudo o que era feito antes. Todos os projetos, tinham que mandar à avaliação da Câmara se estava competente ou não com as indicações e com o que foi acordado e então dariam o ok para arrancar com o projeto. Apesar de ser um CDC, antes de arrancar com o projeto tinham que ter o ok da Câmara. -----

----- Tinha com as equipas reuniões quase semanais com a Câmara Municipal. -----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos** disse que havia outras infraestruturas frequentadas por muitas pessoas da Freguesia ou não e onde a colocação de um desfibrilhador podia ser pensada no futuro. -----

----- Estava de alguma forma idealizada uma parceria com a Loja do Cidadão no Mercado 31 de Janeiro, aproveitar também essa sinergia para ter um desfibrilhador que pudesse ter essas duas valências, servir as pessoas que iam ao mercado e as que se deslocavam à Loja do Cidadão. Isso teria que ser feito com uma parceria, visto que não era uma instalação da Junta de Freguesia, mas era bom terem essa proatividade e agradecia a sugestão. -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que tiveram em conta a sugestão na elaboração dos documentos. Estavam no bom caminho para que não fossem maçudos na análise pelos Membros da Assembleia de Freguesia.-----

----- **Ponto 8 – Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2020;** -----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que estava mais fácil a leitura, era por divisão e por categorias funcionais. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia de Arroios para 2020**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 9 – Autorização para a celebração do contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios nos termos da Proposta 734/CM/2019;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que era no valor de 60 mil euros. Era do orçamento participativo da Câmara Municipal e através da Junta um grupo de trabalho iria fazer cursos de empreendedorismo e capacitação de pessoas portadoras de deficiência. Entregavam o dinheiro à Junta para gerir com a entidade que ganhou o Orçamento Participativo. A primeira prestação era de 24 mil, a segunda de 18 mil, a terceira de 16.200 e a quarta de 1.800 euros.-----

----- **Membro António Valente (PAN)** perguntou qual era o número de formandos previsto para esses cursos, quantos cursos e qual a sua duração, qual o local da formação. Tinha percebido pela Senhora Presidente que havia já uma organização que ia fazer esses cursos e pela leitura que tinha feito dos documentos não se apercebera de qual entidade e qual a localização dos cursos. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que era do orçamento participativo da Câmara Municipal. Alguém se tinha candidatado, ganhou e a Câmara Municipal pediu para a Junta gerir com essa entidade o dinheiro, em vez de ser a Câmara. No fundo era pela proximidade que havia com essa entidade que ia fazer esse trabalho e que teria de apresentar os dados para fornecer à Câmara Municipal. Fazia esse trabalho também com a equipa da ação social da Junta.-----

----- **Membro António Valente (PAN)** disse que não tinha ficado claro para si qual era a entidade, se era uma entidade certificada para dar formação. Como era pela Câmara estaria tudo assegurado, mas na documentação entregue não conseguia apurar essa informação, nem a duração dos cursos.-----

----- Para se fazer um protocolo desse género gostaria de ter mais informação, perceber mais qual era a profundidade dos cursos e qual a entidade.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** explicou que era um contrato em que a Câmara pedia à Junta para analisar em conjunto com quem ganhava. Era um projeto ligado ao Fablab e a Junta só geria o acompanhamento com a Câmara Municipal e essa entidade.

----- Podia dar mais informações, não sabia de cor mas esteve com eles no dia em que ganharam. Não era a Junta que tinha lançado o projeto, essa entidade ganhou mas com a Câmara Municipal e a Junta só geria os pagamentos, nada mais.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que, se bem entendia, havia um orçamento participativo do Município de Lisboa a que um conjunto de entidades se candidataram, no âmbito desse orçamento participativo foram selecionados projetos e entidades. Havia alguma dificuldade por parte do Município na execução de alguns desses projetos. Estariam recordados das notícias de que havia muitos projetos atrasados no âmbito do orçamento participativo da CML. A dada altura surgira a ideia de em determinadas Freguesias que pudessem ter maior proximidade no acompanhamento, que o fizessem. Foram consultadas as Freguesias, as que anuíram tinham um protocolo de delegação de competências para a execução financeira, acompanhamento e certificação final dos custos junto da CML.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Autorização para a celebração do contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios nos termos da Proposta 734/CM/2019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 14 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP e IND.) e 5 abstenções (PCP, BE e PAN)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 10 – Aceitação de donativos nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 9º do Regime Jurídico das Autarquias Locais;**-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que entidades fizeram doações à Junta de Freguesia de Arroios afim de fazer um cabaz de Natal para distribuição às pessoas mais carenciadas. A Cofaco Açores, Sovena, El Corte Inglés, Rockbuilding e Azad, que fizeram doações para vários projetos e atividades. Tinha junto as declarações que foram dadas e os valores.-----

----- Estavam já a entregar material resultante de um almoço que fizera com empresários, porque o Hospital de São José tinha muitos doentes sem televisão nos quartos, camaratas para seis pessoas, e pediram que se angariassem vinte televisões. Já se entregaram duas e algumas entidades estavam a dar dinheiro para comprar televisões grandes para as pessoas não estarem isoladas no Hospital de São José.-----

----- Tinha sido no almoço solidário da Rockbuilding que fizera essa proposta, onde estavam muitos empresários. Nesse dia ganhara um presunto que seria para a festa de

Dia de Reis com os idosos da Freguesia. Alguns bens estavam também a ser dados para essa altura e na próxima Assembleia haveria mais algumas doações.-----

----- **Membro Maria Borges Leitão (PSD)** disse que tinha uma ideia perante a confusão com o Natal dos Animais. Se eventualmente correria mal os animais não davam por isso, mas fazia-se o Carnaval dos Animais. Se calhar era uma altura em que se podia fazer uma festa desse tipo. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que os dois primeiros donativos tinham data de 9 de maio, pelo que deviam ter sido apresentados em Assembleias anteriores. -

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** começou por saudar o Executivo pela obtenção dos donativos. Era sempre importante ver entidades disponíveis para participar e fazer doações à Freguesia, com isso beneficiando os fregueses.-----

----- Antes de ir à proposta em concreto deixava uma sugestão sobre os televisores para o Hospital de São José. Não sabia se a Freguesia estaria a envolver também a Liga de Amigos do Hospital de São José nessa matéria, mas poderia ser interessante, podiam potenciar sinergias.-----

----- Outro assunto prendia-se com uma questão formal e legal. Já uma vez tinha feito a sugestão acerca de um documento similar, que nas propostas fossem discriminadas as entidades e o valor da doação. Na proposta em si não estava, o que estava depois era nas declarações de donativo e aí ficava ainda mais preocupado porque as declarações de donativo tinham um problema de legalidade. -----

----- O que estavam a fazer com a proposta do Executivo, subscrita pela Senhora Presidente, era que a Assembleia discutisse e deliberasse a aprovação da aceitação dos donativos entregues à Junta de Freguesia, conforme as declarações em anexo. Essas declarações certamente já foram remetidas às entidades com essas datas, mas a aceitação de donativos nos termos da Lei tinha que ser prévia à emissão da declaração de donativos. Era o que estava na Lei. -----

----- Depois tinham um outro problema, muito bem levado ali pelo PCP, que era saber como um donativo de 9 de maio só ia à reunião de 27 de dezembro e um donativo de 24 de outubro, fazendo fé nas datas das declarações, porque razão não tinha ido à Assembleia anterior. -----

----- Os valores em causa não eram de teor que levantasse qualquer dúvida, mas até poderiam estar perante um donativo sob condição e aí podia-se levantar a dúvida. Nessa altura, se já estava concretizado, com a deliberação da Assembleia tornava-se nulo, o que para efeitos fiscais da utilização do documento emitido tornava-se um documento nulo e talvez um pouco mais do que isso. Por aí ficava. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que o Membro José Cal Gonçalves já tinha feito esses reparos numa Assembleia anterior. -----

----- Era muito importante e para isso ali estavam os elementos do Executivo, para darem justificações e informação que era pedida sempre que necessário, mas também para ouvirem aquilo que ali era dito pelos Membros da Assembleia, em especial por pessoas com conhecimento da matéria. Era importante que esses assuntos fossem tomados em consideração e que não se tornasse a verificar o mesmo. -----

----- Não era muito positivo que fosse feito o reparo por duas vezes sobre o mesmo teor e sobre a mesma situação, assim como na questão das datas. Já levavam seis anos a falar nisso, no anterior Executivo e no atual. -----

----- A situação dos donativos não se punha em questão, até porque como se dizia em auditoria os valores não eram relevantes, mas se fosse um caso importante podia ser um problema. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que as pessoas deviam ver as declarações de donativo. Muitos dos bens foram recolhidos na loja da avenida no terceiro trimestre

de 2019. Tudo o que estavam a recolher agora teria que ir à próxima Assembleia. Por exemplo as entidades entenderam que não davam os televisores no hospital e davam à Junta o dinheiro para fazer a compra desses televisores.-----

----- A Junta pedia muito mais em géneros do que em dinheiro.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que não se estavam a pôr em causa os donativos nem a boa vontade que estava por trás deles.-----

----- O que estava a alertar era apenas para uma situação de legalidade e que certamente quem estava atrás da Senhora Presidente lhe poderia reportar com mais exatidão, que se configurava no seguinte:-----

----- A Senhora Presidente só podia assinar uma declaração de donativo quando ele se tornava efetivo e isso só acontecia com a deliberação da presente Assembleia. Quando havia uma declaração com data de 9 de maio ela não era fidedigna e ainda por cima era para uso fiscal. Tinham um problema com um documento, que não estava em conformidade em termos contabilísticos para as entidades a quem era fornecido porque a deliberação ainda não estava tomada pela Assembleia. Por outro lado, era emitido de forma irregular.-----

----- Dizia isso no sentido de ajudar e não de complicar. Quando era para complicar também lá estava, quando era o momento, mas não era o caso. Era num sentido construtivo e já tinha sido da outra vez. Isso podia configurar a prática de um ato ilegal.

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que segundo a Doutora Raquel nem deviam levar isso à Assembleia, porque os bens em género não tinham que ir à Assembleia de Freguesia.-----

----- Eram equipas na ação social que estavam a fazer esse trabalho todo, a entregar diariamente, a fazer a compilação disso tudo. Quando entregavam as listagens à contabilidade já por vezes as coisas não iam no tempo e o que acontecia era que não poderiam receber porque não podiam passar a declaração.-----

----- Nas folhas estava a listagem, nos bens doados estava a listagem. Havia coisas que iam para “Desperdício Zero” e em vez de serem destruídas aproveitavam-se, quando toda a gente lutava tanto para que nada fosse detruído. Era a Refood de Arroios o “Desperdício Zero”, que já existia desde o tempo do Doutor Cal Gonçalves do PSD, era um contrato feito pelo seu antecessor dos Anjos e que continuaram. Era um bom trabalho.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Aceitação de donativos nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 9º do Regime Jurídico das Autarquias Locais**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 11 – Votação da redação final do Regulamento de Organização dos Serviços da Junta de Freguesia de Arroios;**-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, disse que na última Assembleia de Freguesia, a extraordinária, foi aprovado um Regulamento de Organização dos Serviços e o respetivo organigrama. Tinha assumido o compromisso de incluir no regulamento algumas sugestões, nomeadamente que a Membro Fernanda Lacerda tinha colocado. Na altura o PCP votou contra o regulamento e o organigrama.-----

----- Contudo, porque de facto davam importância aos contributos dos Membros da Assembleia de Freguesia, recuperaram a totalidade dos contributos ali mencionados ou pelo menos a grande maioria. Entenderam que faziam sentido e foram incluídos no novo regulamento.-----

----- Para que a nova redação produzisse os seus efeitos e tendo havido uma alteração relativamente ao último regulamento aprovado, colocava-se a votação um novo regulamento melhorado.-----

----- Se estivesse o Engenheiro Damião de Castro com certeza diria que continuaria a fazer melhor e a Membro Fernanda Lacerda com certeza diria o mesmo, mas o regulamento estava melhorado e colocavam novamente à consideração da Assembleia essa nova versão, que devido aos contributos dos Membros da Assembleia estava bastante melhorado.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** perguntou se os serviços eram da Junta de Freguesia ou se eram da Freguesia de Arroios e se era entendimento do Executivo que os órgãos representativos, Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia, artigo 5º e 6º, cabiam dentro dos serviços da Junta, porque entendia que não eram serviços e sim órgãos eleitos.-----

----- Não dizia que pudesse fazer sempre melhor, mas tinha sempre algumas sugestões e parecia-lhe que os órgãos eleitos não cabiam dentro dos serviços, porque não eram serviços. Eram órgãos eleitos e estavam tipificados na Constituição da República Portuguesa e no RJAL.-----

----- Os serviços não eram do órgão executivo, eram da Freguesia sob gestão do Executivo e com as competências próprias do Presidente no âmbito do RJAL.-----

----- Queria também saber se em função das sugestões depois iria uma alteração no futuro para deliberarem.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que lendo o novo regulamento verificavam-se alterações que se dizia irem melhorar e foram exatamente, em especial uma delas, que levaram a votar contra o regulamento.-----

----- A verdade era que não foram totalmente contempladas as alterações que falaram. A estrutura orgânica falava em unidades orgânicas e sub-unidades orgânicas e depois continuava o gabinete de apoio, o gabinete jurídico, quando essas não estavam dentro das unidades orgânicas.-----

----- Tinham dito que isso deveria ter outra forma. Se esses serviços eram de staff seriam anteriores às unidades orgânicas e sub-unidades orgânicas.-----

----- No entanto, melhoraram a forma como fizeram a descrição, introduziram as comissões e outras coisas. Era isso que lhes fazia alterar o sentido de voto, na outra Assembleia votaram contra e iriam abster, uma vez que não estava totalmente aquilo que pensavam.-----

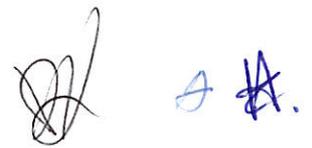
----- Aquilo que o Membro José Cal Gonçalves disse era verdade, não fazia questão mas era verdade que não se tratava de serviços da Junta.-----

----- Outra coisa que queria esclarecer era que nunca tinha dito que o PCP faria melhor, fazia como sabia e umas vezes podia ser melhor, outras vezes podia ser pior. Tentavam ajudar, gostavam e aprendiam. Tinha aprendido muito nas Assembleias.-----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** disse que esse regulamento era a prova de que se continuassem a aperfeiçoar, em 2021, antes das eleições, tinham o regulamento concluído. As questões jurídicas eram uma discussão que nunca acabava e nunca estaria um regulamento perfeito aos olhos de outra pessoa. O Doutor Cal Gonçalves sabia que as questões jurídicas careciam sempre de uma interpretação.-----

----- Gostava de ver a atitude do Executivo em relação a acatar o contributo dos Membros da Assembleia. Era uma atitude bonita e de saudar.-----

----- Em matéria de contributos deixava dois reptos finais. Um deles era que a Assembleia antes de 2021 elaborasse ela própria um Regulamento da Assembleia. Eram questões que estavam mal no regulamento e que eram permanentemente levantadas. Competia-lhes, antes de terminar o mandato, deixar o Regulamento da Assembleia feito. Nunca estaria concluído, a seguir estaria sempre quem fizesse melhor, mas pelo menos tinham a consciência tranquila de terem levado o mandato ao fim com o



Regulamento da Assembleia de Freguesia que dignificasse e que tivessem a consciência de ter sido bem feito. -----

----- Outra questão era que em tempos foi criada uma comissão ambiental. As questões ambientais punham-se diariamente e cada vez mais, deviam dar os exemplos ambientais e não podia deixar de constatar que os Membros da Assembleia iam munidos com papel.-----

----- Todos tinham os mais variados gadgets eletrónicos, iam seis vezes ao facebook durante a Assembleia de Freguesia, se não fossem mais, encaminhavam fotografias, mas não eram capazes de prescindir de resmas de papel e não eram capazes de dar o exemplo de não pedir à Junta de Freguesia para emitir tantas folhas de papel.-----

----- Não eram só os Membros da Assembleia, o Executivo também tinha que dar o exemplo, porque isso custava a todos e custava acima de tudo ao erário público.-----

----- Deixava o repto para tomar a iniciativa que a comissão ambiental criada na Assembleia funcionasse. A última informação que tinha era que os partidos não indicaram Membros, não sabia se assim era, mas era urgente que dessem o exemplo em questões ambientais. Portanto deixava esse repto, para que na próxima Assembleia não se vissem resmas de papel em cima das bancadas, que depois iam para o lixo ou para recados à empregada doméstica.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** saudou o Membro Vitor Teles Fernandes pelos dois reptos.-----

----- No seu caso tinha uma desvantagem. Como já tinha a barba mais branca por vezes havia alguma dificuldade na consulta dos documentos sem ser em papel. Seria difícil limpar o papel todo, era da geração do papel. Lembrava-lhe a questão do livro, se iria desaparecer ou não, o saborear o livro impresso, lê-lo, folheá-lo, transportá-lo. Tinha um sabor totalmente diferente e não gostaria de participar na geração que perdia isso. -

----- Claro que também estava de acordo com as questões ambientais e se calhar era uma questão de olhar para o tipo de papel utilizado, se podia ser reciclado ou outro. Tentariam encontrar esse equilíbrio ambiental naquilo que cada um podia utilizar ou tinha capacidade de utilizar.-----

----- Quanto ao repto de chegarem ao final do mandato com um Regimento, estava perfeitamente convicto que sim. Em breve retomariam as reuniões, aliás já tinham falado na última sessão que não fariam até ao final do ano porque na época das festas era mais complicado.-----

----- O atraso que assumia por inteiro por ainda não terem o Regimento elaborado tinha uma grande vantagem, era que volvidos esses dois anos que viveram com o Regimento antigo permitiram uma experiência para o debate na elaboração do Regimento que iriam legar para o próximo mandato, que certamente o aperfeiçoaria.-----

----- Já tinha presidido a duas comissões de elaboração de regimento na área territorial onde estavam.-----

----- No outro havia uma dificuldade, não tinham a experiência, tinham só o anterior e depois deitavam-se a adivinhar, ou aqueles que tinham vivência de Assembleias anteriores darem os inputs do que devia ser aperfeiçoado.-----

----- Estava convencido que numa Assembleia onde estavam alguns pela primeira vez ficaram todos a ganhar com esse atraso. Estava certo que sim mas não queria com isso deixar de se penitenciar que o atraso tivesse ocorrido, mas teriam o Regimento a tempo e horas.-----

----- Desejou a todos boas festas e um bom ano.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que na primeira parte fazia suas as palavras do Membro José Cal Gonçalves.-----

----- Pedia desculpa ao Membro Vitor Teles Fernandes mas também era da geração do papel. Quando chegava a altura do Orçamento com essas folhas e esses números, que estavam em pdf e nem sequer eram em excel, quando tinham um mapa que em vez de estar na horizontal ia na vertical, perguntava como se podia fazer um trabalho correto para se poder ter uma noção dos números que ali estavam.-----

----- Lamentava não saber fazer melhor uma coisa do que alguém ali presente na Assembleia. Não era capaz de ler cem folhas dessa forma, lia umas tantas e as outras não. Em tudo isso tinha que haver um equilíbrio, podia haver umas coisas que se retiravam, mas isso não conseguia.-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho,** começou por registar que o PCP considerava estar o regulamento bastante melhor e agradeceu os contributos.-----

----- Relativamente à questão do Membro José Cal Gonçalves, era de facto o regulamento dos serviços da Junta. Em boa verdade a Assembleia de Freguesia e o Executivo não eram serviços e provavelmente não deveriam estar num regulamento que se referia aos serviços da Junta de Freguesia.-----

----- Entendera-se que era importante também referir o órgão representativo e o órgão executivo, para fazer a ligação com as divisões e as secções incluídas no regulamento.-----

----- O regulamento já tinha estado em discussão e votação na última Assembleia e não fazia sentido ir uma terceira vez. Essa era a versão final do Executivo e que se colocava a votação na Assembleia de Freguesia.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes,** disse que já iam na segunda ou terceira alteração em dois anos mas continuavam sempre a aprender e recetivos à participação de todos.-----

----- Na sua opinião pessoal, não estava a falar em nome do Executivo, se entendessem que se podia criar uma comissão para fazer um regulamento em melhores condições, por si também não tinha problema nenhum.-----

----- Era de boa fé que após discutirem na última Assembleia e que dera razão à Membro Fernanda Lacerda o Executivo decidira tentar melhorar e apresentar na Assembleia seguinte. Sozinhos não melhoravam nada, todos achavam que faziam melhor que os outros mas não faziam.-----

----- Desejou a todos boas festas e um bom ano.-----

----- **O Vogal do Executivo José Vera de Matos** agradeceu os contributos relativos à parte ambiental dos trabalhos, porque era verdade que todos os trabalhos tinham um impacto ambiental.-----

----- Como gostava de realizar as suas resoluções de ano novo ainda antes do novo ano, dizia às funcionárias do gabinete de apoio aos órgãos que prescindia dos papéis no ano 2020. Sabia que era um favor que também lhes fazia, porque eram menos fotocópias.-----

----- Experimentaria levar o seu iPad e depois daria conta da experiência.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **redação final do Regulamento de Organização dos Serviços da Junta de Freguesia de Arroios,** tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria,** com 14 votos a favor (PS, BE, CDS-PP, PAN e IND.) e 5 abstenções (PSD e PCP) ---

----- Esgotada que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a sessão, eram vinte e uma horas e quarenta minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.-----

1º.SECRETÁRIO Redo Dias Louro 2º.SECRETÁRIO Chalpoanho  
----- PRESIDENTE -----